UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

Faculdade de Gestão de Recursos Florestais e Faunístico

Mestrado em Gestão do Desenvolvimento

Tema: Políticas Públicas de Desenvolvimento: Um Olhar Sobre o PERPU Como Estratégia de Empoderamento da Mulher na Cidade de Lichinga. 2012/2014

Elaborado Por:Milena Pereira de Almeida Adolfo

Lichinga, Julho de 2016

Políticas Públicas de Desenvolvimento: *Um Olhar Sobre o PERPU Como Estratégia de Empoderamento da Mulher na Cidade de Lichinga. 2012/2014*

Por:Milena Pereira de Almeida Adolfo

Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos de Desenvolvimento, da Faculdade de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestreem Gestão do Desenvolvimento.

Supervisionado por:

MA. Mendita Arnaldo Ugembe

Lichinga, Dezembro de 201

Declaração de Autoria

Eu, Milena Pereira de Almeida Adolfo, declaro por minha honra que o presente trabalho científico denominada " Políticas Públicas de Desenvolvimento: Um Olhar sobre o PERPU como Estratégia de Empoderamento da Mulher na Cidade de Lichinga" é inteiramente da minha autoria e fruto de muita pesquisa baseada nas referências bibliográficas e nas orientações da minha Supervisora e que nunca foi anteriormente apresentado para avaliação ou para obtenção de qualquer grau académico.

_____

/Milena Pereira de Almeida Adolfo/

A Supervisora

_____

Mendita Arnaldo Ugembe (MA)

Agradecimentos

Agradeço imensamente à minha mãe, pelo apoio dado para a concretização das minhas opções;

Agradeço ainda aos meus irmãos, por fazerem parte da minha vida;

Outrossim, não poderia deixar de agradecer a UCM pela oportunidade de continuar com os meus estudos e a todos os docentes do curso de Mestrado em Gestão de Desenvolvimento que contribuíram para a minha formação académica, em especial a minha supervisora Dra. Mendita Ugembe pelo apoio dado para que a dissertação se tornasse uma realidade.

Por fim agradeço aos meus colegas e aos Secretários dos bairros de Ntoto, Massenger, Assumane, cerâmica e principalmente ao Conselho Municipal de Lichinga pela disponibilidade imediata no fornecimento de dados, e a população em geral que de forma directa ou indirecta ajudaram para que este trabalho se concretiza-se.

A todos muito obrigado!

Dedicatória

Aos meus pais Adolfo Pereira de Almeida Filipe e Teresa Cândida José Salimo (em memória) como retributo dos ensinamentos dados;Aos meus filhos Marylin Milena Manuel Gaspar e Nembe da Cândida Lucas Nembe, que tenham este trabalho como referência e ponto de partida para a suas vidas; Dedico também ao meu esposo Lucas JoãoVasco Nembe, pela força e encorajamento para enfrentar os diversos obstáculos do dia-a-dia.

Lista de Siglas

CC- Conselho Consultivo

CM- Conselho Municipal

CMCL- Conselho Municipal da Cidade de Lichinga

CRM- Constituição da República de Moçambique

CEDAW- Committee on the Elimination of Discrimination against Women (Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres)

DPPF- Direcção Provincial de Plano e Finanças

FDD- Fundo Distrital de Desenvolvimento842505068

GdM- Governo de Moçambique

NPM- New Public Managment (Nova Gestão Pública

MAE- Ministério de Administração Estatal

MPD- Ministério da Planificação e Desenvolvimento

ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OIIL- Orçamento de investimento e Iniciativas Locais

OMM- Organização da Mulher Moçambicana

PERPU- Plano Estratégico para Redução da Pobreza Urbana

PA- Posto Administrativo

PARPA- Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta

PARP - Plano de Acção para Redução da Pobreza

PEP- Plano Estratégico Provincial

PIB- Produto Interno Bruto

PQG- Plano Quinquenal do Governo

SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Resumo

A pesquisa que nos propomos apresentar é intitulada Políticas Públicas de Desenvolvimento: Um Olhar Sobre o PERPU como estratégia de Empoderamento da mulher na Cidade de Lichinga, cujo objectivo foi o de analisar os estágios de desenvolvimento económico e social das mulheres beneficiárias do PERPU. Como problema procuramos saber até que ponto os fundos alocados as mulheres através do PERPU contribuem para o empoderamento da mulher tendo em conta os níveis de desenvolvimento económico e social de cada uma. O estudo foi feito com o enfoque qualitativo com recurso as técnicas de entrevista, revisão bibliográfica na qual foram examinadas literaturas tais como o managerialismo de acordo comFerlie et al (1999), Estado de Bem Estar ou Estado providência tendendo a ilustrar a preocupação do Governo na criação de políticas públicas de género. Constatamos que existe uma vasta abrangência no que diz respeito ao envolvimento das mulheres no processo de concessão de fundos para implementação de projectos na autarquia de Lichinga, mas existe a necessidade de poder se conceder esses fundos a pessoas que já estão desenvolvendo suas actividades e que precisam de um apoio somente para reerguer seu negócio ao contrário de dar alguém que terá que começar, pois compreendemos que se as pessoas financiadas conseguirem reembolsar os fundos da possibilidades dos outros munícipes se beneficiarem da mesma forma e poder progredir. No que tange ao desenvolvimento económico e social das mulheres, dizemos que não se faz sentir na medida em que as evidencias que tivemos é de uma mulher que consegue sustentar hoje a sua família através da implementação do seu projecto, mas essas mulheres ainda vivem em condições precárias. Assim sendo recomendamos as mulheres para que possam alocar todo o valor nos seus projectos de modo que seja mais rentável e assim poderão melhorar em outras situações na promoção do Bem-estar das suas famílias.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Empoderamento e Género.

Abstract

The research that we intend to present is entitled Public Development Policies: A Look Into the PERPU as women's empowerment strategy in the city of Lichinga, whose aim was to analyze the stages of economic and social development of women beneficiaries of PERPU and as problem We tried to find out to what extent the funds allocated women through PERPU contribute to the empowerment of women taking into account the levels of economic development and social of each. The study was done with the qualitative approach to interviewing technical resource, literature review in which were examined literatures such as managerialism according to. Welfare State or welfare state tends to illustrate the concern of the Government in the creation of public policies of gender. We note that there is a wide scope with regard to the involvement of women in the process of granting funds for implementation of projects in Lichinga authority, but there is a need to be able to grant these funds to people who are already developing their activities and they need a support only to rebuild your business as opposed to a man who will have to start, because we realize that if people get funded repay the funds of the possibilities of other citizens to benefit in the same way and make progress. With regard to economic and social development of women, say that is not felt to the extent that the evidence we had is a woman who can now support his family through the implementation of your project, but these women still live in conditions precarious.

Keywords: Public Policy, Empowerment, and Gender.

Índice

Declaração de Autoria i

Agradecimentos ii

Dedicatória iii

Lista de Siglas iv

Resumo vi

Abstract vii

Capítulo I: Introdução 1

1. Introdução 1

1.1. Delimitação temporal e espacial do estudo 4

1.2. Contextualização 4

1.3 Justificativa/Relevância 5

1.4. Problematização 7

1.5. Objectivo Geral 8

1.5.1. Objectivos específicos **8**

1.6. Questões de Pesquisa 8

Capítulo II- Marco Teórico 9

2. Conceptualização 9

2.1. Conceito de desenvolvimento 9

2.2. Desenvolvimento Económico e Social 9

2.3 Desenvovolvimento Económico Local 9

2.4. Desigualdade 11

2.5 Pobreza 12

2.6. Pobreza Urbana 14

2.7. Género 14

2.8. Empoderamento 14

2.9.Estratégia 16

2.10. Politicas Públicas 17

2.10.1 Processo de Formulação de Políticas Públicas **18**

2.10.2 As fases de elaboração das Políticas Públicas (o ciclo das Políticas Públicas) 18

2.2 Teorias 21

2.2.1 Abordagem teórica interpretativa de Yanow **21**

2.2.2 Estado Providência (Walfare State) 24

2.2.3 A abordagem managerialista da Administração Pública 25

2.3. O programa estratégico para redução da pobreza urbana. 26

2.3.1Para a primeira categoria exige-se como requisitos de beneficiação os seguintes: 28

2.3.2. A beneficiação por parte das associações ou das pequenas e médias empresas rege-senos seguintes requisitos: 29

Capítulo III- Metodologia 30

3. Abordagem metodológica 30

3.1. Tipo de pesquisa 31

3.2Técnicas de recolha de dados 33

3.3. Universo e Participantes 35

3.3.1. Universo 35

3.3.2. Participantes 35

3.4 Limitação de Estudo 36

3.5. Ética da Pesquisa 37

3.6.Caracterização do Local da Pesquisa 37

Capítulo IV- Apresentação, Análise e Interpretação de dados 37

4. Apresentação dos dados dirigido as mulher beneficiárias do PERPU(Apêndice I) 38

4.1 Análise de dados 40

4.1.1 Políticado governo denominado PERPU 40

4.1.2 divulgação do fundo do PERPU aos munícipes 41

4.1.3 Mudanças trazidas com a implementação dos projectos na vida das beneficiárias 41

4.1.4 Envolvimento das mulheres na implementação dos projectos de acordo com o objectivo pelo qual foi criado o fundo. 42

4.1.5 Permanência com a implemetaçao dos projectos com o fundo do PERPU 43

4.2Roteiro de entrevista ao responsável pelo fundo do PERPU no Conselho Municipal da Cidade de Lichinga (Apêndice II) 44

4.2.1. Apresentação de dados colhidos no CMCL 44

4.3 Análise de dados referente a entrevista feita ao responsável pelo fundo do PERPU no CMCL. 46

4.3.1 Meios para divulgação do PERPU às comunidades. 46

4.3.2. O processo de aprovaão dos projectos e distribuição do fundo as comunidades 47

4.3.3 Evidências da materialização dos vectores de geração ou criação de oportunidades de emprego e o vector referente à protecção social. 48

4.3.4O contributo das mulheres no desenvolvimento do Município de Lichinga 49
4.3.5 Programa de monitoria/acompanhamento das actividades desenvolvidas pelas mulheres50
4.3.6 Materialização doobjectivo da inclusãodas mulheresna implementação dos projectos. ...52
4.3.7 Mudanças notáveis a partirda introdução do PERPU em 2011 no Município de Lichinga 53
Capítulo V- Conclusão e Recomendações 54
5. Conclusão 54
Referências Bibliográficas 57
APÊNDICES.....61
ANEXOS 64

Capítulo I: Introdução

1. Introdução

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objectivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. (Lopes & Amaral. 2008)

Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Actualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Portanto, ele necessita desenvolver uma série de acções e actuar directamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação e meio ambiente.

Para atingir os resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos se apoiam das Políticas Públicas. Assim sendo uma das políticas a que o governo vem levando a cabo e que assume como sendo um dos desafios é a igualdade de género e o empoderamento da mulher.

A "igualdade de género e o empoderamento das mulheres têm desde há muito feito parte da agenda internacional do desenvolvimento, e mais ainda desde a Conferência de Beijing em 1995 e da apresentação da noção de integração do género" (UN/DAW, 2008) citado em Tvedten, at all (2008, p. 1). A questão penetrou também nas políticas nacionais de desenvolvimento, tornando-se parte integrante da maioria dos planos de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza traçados pelo governo, constituindo um objectivo principal a alcançar na Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA II), reconhecendo especificamente que o empoderamento das mulheres constitui um factor decisivo nos esforços para a erradicação da pobreza (GdM, 2005).

É possivel notar um esforço por parte do governo no que tange ao empoderamento da mulher, pois existe uma chamada de atenção para toda a sociedade moçambicana no reconhecimento do papel que a mulher tem vindo a desempenhar desde a altura da independência nacional. Hoje as mulheres se encontram firmes e engajadas na luta contra a pobreza, promoção da paz e harmonia social, como as mais responsáveis na educação dos seus filhos.

As nações Unidas lembram que " Criar um mundo com igualdade para as gerações vindouras é o desafio mais urgente deste século no mundo e em Moçmbique em particular. A igualdade de

género e a realização dos direitos das mulheres e raparigas são fundamentais para a realização dos direitos humanos, fortalecimento económico e desenvolvimento sustentável, portanto, este é o momento de defender as realizações das mulheres, reconhecer os desafios e concentrar maior atenção aos direitos das mulheres e igualdade de género para mobilizar todas as pessoas a fazerem a sua parte".

É possivel notar quanto esforço têm empreendido as mulheres nas suas conquistas, quer no âmbito profissonal, político e económico, uma vez que mostram-se economicamente mais activas nas sociedades em que estão inseridas. Em contraste com a época da alta predominância do sistema patriarcal, as mulheres de hoje vão imprimindo mudanças significativas na sociedade deixando aos poucos de ser uma mera coadjuvante em determinados seguimentos sociais e profissionais, passando a contribuir para o avanço e progresso social e para o desenvolvimento dos seus países.

A mulher na sociedade actual tem estado a tomar consciência da sua tarefa no mundo político em que esta inserida, mas devido as suas condições de fraqueza adquiridas ao longo da história da humanidade e das dificuldades que a própria sociedade impõe, este avanço ainda está aquém do desejado principalmente nas sociedades africanas.

O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. Apesar de muitas conquistas as mulheres continuam a ter menos influência política e a ser mais pobres do que os homens, em praticamente todas as áreas, querendo com isso realçar que constitui um grande desafio o engajamento das mulheres nos diversos sectores. Para Tvedten at al (2008) as mulheres geralmente têm responsabilidades domésticas mais pesadas dentro do agregado familiar, emprego inferior e rendimento mais baixo, menos acesso à terra e menor produção agrícola, e níveis mais baixos de educação e saúde do que os homens.

Nos últimos 14 anos, Moçambique registou um clima de estabilidade macroeconómica que propiciou o crescimento económico e o desenvolvimento social. No domínio do combate à pobreza, que afecta ainda uma vasta maioria da população, o Governo tem vindo a implementar uma conjuntura de políticas públicas de forma a mitigar o fenómeno no país.

Neste âmbito, o governo tem dado prioridade ao desenvolvimento rural, através de políticas de descentralização e de financiamento de iniciativas de promoção do emprego, de produção de

alimentos e de geração de rendimento. Na actual fase, o Governo alargou a sua intervenção ao promover iniciativas de redução da pobreza urbana, isto é no quinquénio 2010-2014.

Apesar dos avanços registados no âmbito da erradicação da pobreza, ainda se assiste à incidência e prevalência de várias dimensões da pobreza nomeadamente, a proliferação do sub-emprego e a satisfação limitada das necessidades básicas (alimentação, saúde e habitação) no seio de segmentos da população rural e urbana.

A "pobreza urbana é vista como um dos principais desafios dos países em via de desenvolvimento, e para fazer face a este fenómeno, o governo moçambicano através do Plano Quinquenal do Governo 2010/2014 descreve como objectivo primordial o combate a pobreza para melhorar as condições de vida do povo moçambicano em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade" (PQG, 2010:5).

Para poder materializar este macro objectivo, diversas acções foram sendo levadas a cabo pelas entidades governamentais dentro das quais se destaca o recém criado Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2011-2014.

Portanto, para melhor compreensão a pesquisa esta estruturada da seguinte forma: capítulo I a introdução onde de forma mais genérica trazemos os conteúdos que dizem respeito a questão de género e o empoderamento da mulher tendo em conta as políticas públicas instituídas pelo governo de modo a materializar os objectivos do milénio e os da emancipação da mulher.

Ainda na introdução como I capítulo encontramos alguns elementos que a compõem tais como a contextualização, justificativa/relevância do estudo, a problematização, os objectivos gerais e específicos assim como as questões de pesquisa levantadas para melhor colhermos respostas para o problema de estudo.

No II capítulo apresentamos os conceitos chave, assim como as teorias que sustentam o tema em alusão de modo a facilitar na compreensão do mesmo, e no III capítulo fazemos a discussão metodológica tendo em conta as abordagens e as técnicas que serão usadas para análise dos dados e resultados, o IV capítulo que diz respeito a apresentação, análise e interpretação de dadose por último a conclusão e recomendações.

1.1. Delimitação temporal e espacial do estudo

A Província do Niassa, "a maior do país com cerca de 129 mil km2, localiza-se na região noroeste de Moçambique, entre as latitudes 11° 25' norte e 15° 26' sul e as longitudes 35° 58' este e 34° 30' oeste. Faz fronteira, ao norte, com a Tanzânia, a oeste, com a República do Malawi, a leste, com a Província de Cabo Delgado e a sul, com as províncias de Nampula e Zambézia".(PEP, 2008, p. 2)

A grande extensão territorial da província, facto que, associado à baixa densidade demográfica e à carência de infra-estrutura de transportes, representa um sério constrangimento para o desenvolvimento económico e social.

O estudo abarcará a situação económica e social das mulheres beneficiárias do Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU) na cidade de Lichinga no período compreendido entre 2012 à 2014, período este em que o plano quinquenal do governo (2010-2014), preconiza que a mulher em Moçambique representa a maioria da população sendo necessário o seu maior envolvimento nos domínios político, económico e social e, por outro lado, a família é a célula base da sociedade onde se cultivam os valores éticos, cívicos, incluindo o amor à pátria e a conduta dos indivíduos na sociedade.

E assim sendo, o Governo, ciente da importância destes domínios reforça o papel da família e promove acções que garantem a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na participação da vida económica, social, cultural, e desenvolvimento do País.

1.2. Contextualização

O "PERPU" constitui uma abordagem inovadora na promoção do desenvolvimento económico local e da boa governação.

A economia do Niassa é predominantemente agrícola, sendo 36% do PIB da província proveniente desta actividade, constituindo deste modo a maior fonte de emprego. Tratando-se essencialmente de agricultura de subsistência, ela é praticada em apenas 2,4% da terra arável, embora grande parte dos 12,3 milhões de hectares na província seja boa para a agricultura. (PEP, Niassa, 2017).

O conceito de género, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais desigualdades de poder. Nas sociedades ocidentais, marcadas também por outros 'sistemas de desigualdades', como apontado pela abordagem pós-estruturalista, é possível constatar, que o padrão dominante nas identidades de género de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada.

Ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de género, pretende-se verificar em que medida as iniciativas do Estado têm contribuído, ainda que de forma embrionária, para modificar esse padrão, profundamente arreigado na sociedade moçambicana.

A análise consistiu, em primeiro lugar, na identificação de iniciativas que incluem mulheres como parte do público beneficiário, seja como foco específico da acção governamental, seja como um segmento atendido por programas mais abrangentes, com uma atenção específica ou diferenciada. Em segundo lugar, tendo por referência a agenda de questões e propostas elaborada por movimentos e entidades feministas e por movimentos de mulheres nas últimas décadas no país como é o caso da OMM e demais associações, procurou-se verificar em que medida essas iniciativas indicam um reconhecimento, por parte do poder público, das diferenças de género e também, se tais iniciativas incorporam a perspectiva de género, entendida como uma orientação para a redução das desigualdades de género, isto é, de desigualdades entre homens e mulheres.

1.3 Justificativa/Relevância

O Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana destaca como objectivos Gerais: Aumentar as oportunidades de emprego,melhorar o ambiente de negócios e os níveis de empregabilidade da mão-de-obra, assim como melhorar o sistema de protecção social básico, sendo que com isso pretende-se melhorar cada vez mais o nível de vida da população urbana.

Assim, no âmbito do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana o financiamento disponibilizado destina-se, prioritariamente, a apoiar pessoas pobres mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário e/ou outro tipo de crédito concedido por instituições financeiras formais.

Este grupo social inclui jovens, mulheres chefes de agregados familiares, incluindo viúvas, pessoas empreendedoras, em geral, com prioridade para os sem acesso ao financiamento formal, e pessoas portadoras de deficiência com capacidade de trabalhar.

Portanto, aliado aos objectivos do PERPU no que tange a incidência dos grupos alvo para obtenção de financiamnto, na presente pesquisa singimo-nos em trabalhar com as mulheres chefes de agregados familiares incluindo viúvas. Não existe um foco especial para justificar a escolha deste grupo alvo, mas suscita um pouco de curiosidade no sentido de verificar a materialização desse programa e se de facto esta a mudar de alguma forma a vida dos munícipes sem deixar de lado o próprio município.

A preocupação com criação de políticas de género e o empoderamrnto da mulher é de caracter mundial, pois tem se verificado a questão de tipificação das actividades que sejam mais adequadas para mulheres e para os homens, sendo assim, conclui-se que a mulher torna-se cada vez mais vulnerável em termos de oportunidades para poder contribuir na vida política, económica e social dentro dos Estados em detrimento dos homens.

Assim sendo a pesquisa é de extrema importância para a sociedade na medida em que retrata a realidade vivida pelas comunidades no processo de implementação dos projectos a partir dos fundos do PERPU, não obstante podemos encontrar aqui dados e factos que ilustram o quão é necessário desenvolver-se projectos que realmente criam impactos no dia-a-dia da polulação das zonas urbanas.

Outrossim, para os académicos em geral, há uma necessidade de podermos ter um olhar crítico para as políticas públicas de desenvolvimento, pois, num primeiro olhar se revelam como sendo de tamanha relevância para os beneficiários finais dessa política que se pretende empreender, mas aposterior, verifica-se que os objectivos dessas políticas acabam não sendo materializados conforme se espera por razões que realamente mereçam a nossa atenção como académicos, assim, podemos aqui citar os PARPAS I e II, e a actual política designada por PARP, sem deixar de lado as diversas nomenclaturas dadas para o fundo alocado aos distritos.

Portanto, a pesquisa se revela na área académica na medida em que podemos compreender na prática o funcionamento das políticas governementais, pois de forma especulativa diversos ruidos tem surgido por parte da sociedade no que diz respeito aos procedimentos para aquisição e

distribuição dos fundos do PERPU a população. E neste trabalho com apoio do manual de procedimentos do PESRPU podemos ver os passos todos que são seguidos assim como os agentes envolvidos para podermos de alguma forma esclarecer aos demais interessados no assunto.

Contudo, frisar que os aspectos relatados no parágrafo anterior, ilustram também de uma maneira geral nos aspectos de revância pessoal da pesquisa.

1.4. Problematização

A mulher em Moçambique representa a maioria da população sendo necessário o seu maior envolvimento nos domínios político, económico e social .

O Governo, ciente da importância destes domínios reforça o papel da família e promove acções que garantam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na vida económica, social e cultural, bem como a eliminação da exclusão social, dando-lhes oportunidade de participar nos programas de desenvolvimento do País.

Os últimos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007, indicam que o País conta actualmente com uma população de 20,5 milhões de habitantes dos quais 52% são mulheres. (PQG, 2010).

Uma vez que mais da metade da população moçambicana é constituída por mulheres, sendo estas as que se encontram em situação de vulnerabilidade em termos económico, social e político e por tanto o rosto da pobreza,para a redução deste fenómeno é necessário que se adoptem politicas que insidam directamente sobre esta população alvo.

Porém a incidência da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar tanto em 1996-97 como em 2002-03, as famílias chefiadas por mulheres tende a apresentar maior incidência da pobreza comparada com as famílias chefiadas por homens. Entre estes dois periodos em análise, as famílias chefiadas por homens reduziram mais rapidamente a pobreza comparada com as famílias chefiadas por mulheres.

Neste contexto o governo alocou o fundo do PERPU como estratégia de empoderamento económico da mulher. No entanto apesardo relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 demostrar que existe uma tendência crescente do envolvimento da mulher nos programas de

empoderamento económico, mostrado pela elevada taxa de participação desta na força de trabalho em 86% (Proporção da população em idade activa de um país que se envolve no mercado de trabalho, seja a trabalhar ou a procurar activamente trabalho), Mocambique ocupa a posição 125 num leque de 186 paísescom um índice de desigualdade de género de 0,582.

Portanto, pretende-se no presente estudo saber: como é que os fundos do PERPU estão a contribuir no empoderamento económico e social das mulheres na cidade de Lichinga?

1.5. Objectivo Geral

- Analisar o nível de desenvolvimento das mulheres beneficiárias do PERPU na cidade de Lichinga.

1.5.1. Objectivos específicos

- Descrever o processo de concessão de crédito para as mulheres através do Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana.
- Identificar as actividades desenvolvidas pelas mulheres com base no PERPU.
- Descrever a capacidades das mulheres na gestão dos fundos;
- Verificar os indicadores de desenvolvimento das mulheres fruto do PERPU.

1.6. Questões de Pesquisa

- Como é que as mulheres são envolvidas no processo de concessão de fundos?
- Quais são as actividades desenvolvidas pelas mulheres beneficiárias do PERPU?
- Quais são as capacidades das mulheres na gestão dos fundos?
- Será que os objectivos preconizados pelo governo que dizem respeito ao emponderamento da mulher estão sendo alcançados?

Capítulo II- Marco Teórico

2. Conceptualização

2.1. Conceito de desenvolvimento

Desenvolvimento é a capacidade de uma sociedade satisfazer as necessidades da sua população e permitir-lhes alcançar um nível de vida adequado. (Alfredo, 2013)

Portanto, o desenvolvimento pode ser entendido por um lado como sendo o conjunto de modificações na estruturas mentais, e hábitos sociais de uma população que lhe permite aumentar de forma durável o produto geral global, por outro lado, pode ser entendido como o conjunto de transformações observáveis no sistema económico e no tipo de organização que condicionam o crescimento. Assim, o desenvolvimento é o resultado das modificações institucionais.

2.2. Desenvolvimento Económico e Social

De acordo com Pimentel et all (1995, p. 205) o desenvolvimento económico e social refere-se ao volume e à capacidade produtiva da economia, ao peso da agricultura na economia, comparando com o peso da indústria e de serviços, à esperança de vida, à mortalidade infantil, ao acesso ao ensino, a percentagem das pessoas que vivem nas cidades.

Portanto, há necessidade de verificar se o sector mais desenvolvido do país é o primário, o secundário ou terciário, para poder se concluir se o país é ou não desenvolvido económica e socialmente, e existe também outra forma de verificar a situação do desenvolvimento, averiguando se o país tem como base de sustento a agricultura e actividades afins ou a industria e/ou serviços e comércio.

2.3 Desenvovolvimento Económico Local

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, citado em Dias (2012, p. 35), o Desenvovolvimento Económico Local define-se como sendo:

> "Um processo de desenvolvimento participativo que fomenta os acordos de colaboração entre os principais actores públicos e privados de um território, possibilitando o projecto e a colocação em prática de uma estratégia de desenvolvimento comum à base de

> aproveitar os recursos e vantagens competitivas locais no contexto global com o objectivo final de criar emprego decente e estimular a actividade económica".

No mesmo âmbito, Bárqueo citado pelo mesmo autor define desenvovolvimento económico local como sendo:

> ″… um processo de crescimento e mudança estrutural da economia de uma cidade ou região na qual se podem identificar pelo menos três dimensões: uma económica, caracterizada por um sistema de produção que permite aos empresários locais usar, eficientemente os factores produtivos, gerar economias de escala e aumentar a produtividade a níveis que permitem melhorar a competitividade nos mercados; outra sociocultural na qual o sistema de relações económicas e sociais as instituições locais e os valores servem de base ao processo de desenvolvimento; e a última é a dimensão política administrativa em que as iniciativas locais criam um entorno local favoravel à produção e impulcionam o desenvolvimneto sustentável", p. 36.

Portanto, comungando com os autores acima acerca do desenvolvimento económico local, percebe-se que há necessidade dos beneficiários fazerem o uso sustentável e eficiente dos factores de produção tais como a mão-de-obra, o capital, as tecnologias tendo em conta a aplicação dos conhecimentos em matéria que incide os seus projectos.

Assim, verificamos também que há necessidade de haver uma produção em escala se realmente pretende-se um desenvolvimento económico/crescimento económico das mutuárias no sentido de que ao invés de se engajarem somente na comercialização dos diversos produtos poderiam por exemplo investir na produção dos mesmos que mais tarde seriam elas a colocar os produtos no mercado sendo fornecedoras.

Na dimensão sociocultural há necessidade de se formar em primeiro lugar as entidades encarregues da aprovação dos projectos para que realmente se aprove projectos de grande relevo para os bairros em que serão implementados, pois não basta aprovar os projectos, há necessidade de se efectuar um estudo de viabilidade desses projectos para aposterior aprovação e os passos que são seguidos para aprovação dos projectos fizemos menção no capítulo IV no ponto n° 4.3.2, e em seguida uma capacitação dos diferentes mutuários de modo a cultivar neles o espírito de negócio, insitar as diversas estratégias/técnicas que podem ser usadas como por exemplo identificação de um grupo alvo para efecturar a entrega dos seus produtos e poder receber os valores no final do mês, pois com a comercialização que se caracteriza como sendo uma das

actividades desenvolvidas pela maior parte das mutuárias os produtos que são comercializados são na sua maioria bens não duráveis de difícil conservação.

Sentimos que dentro desse projecto a grande intenção do Governo se resume no melhoramento das condições sócioeconómicas dos bairros a nível das autarquias, assim sendo há necessidade de se poder efectuar projectos que realmente tragam um benefício para os residentes dos bairros em detrimento dos mutuários, pois o que se verifica é um melhoramento no que diz respeito ao nível de sustentabilidade familiar, isto é as mutuárias hoje conseguem auto sustentarem-se através das actividades que vêm desenvolvendo, e isso pode suscitar inquietações no sentido de onde e como os restantes munícipes poderão se beneficiar desses projectos.

2.4. Desigualdade

De acordo com Barros (2005), a desigualdade refere-se quase sempre não a um aspecto essencial, mas a uma circunstância associada a uma forma de tratamento (mesmo que esta circunstância aparentemente se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou situações sociais específicas).

Pois, tratam-se de dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade relativamente a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro (isto pode ocorrer independentemente de serem eles iguais ou diferentes no que se refere ao sexo, à etnia ou à profissão).

Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz enquanto a maior parte da sua população é pobre e miserável. Se pretendemos implementar o nível de igualdade na distribuição dos recursos, este deve ser feito de forma equitativa, mesmo que os tais recursos sejam escassos, como a própria bíblia nos ensina que o pouco serve para muitos, querendo dizer com isso que não basta esperar que hajam muitos recursos para poder repartir para todos.

Contudo, superar as desigualdades de género é um dos primeiros passos para o desenvolvimento da mulher. Analisar as desigualdades de género importa em compreender como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder.

2.5 Pobreza

Para (Crespo e Gurovitz, 2002) a conceituação de pobreza é algo extremamente complexo. Pode ser feita levando em conta algum "juízo de valor", em termos relativos ou absolutos.

Sendo assim, a pobreza é categorizada como juízo de valor quando se trata de uma visão subjectiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável, pois não leva em conta uma situação social concreta, objectivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos.

A pobreza relativa para os aautores acima citados tem relação directa com a desigualdade na distribuição de renda. É explicável segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas aquelas que melhor estejam posicionadas.

Diz-se absoluta a pobreza quando se observa a fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los.

Portanto, para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos. O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar, definindo o valor aproximado para a renda a ser gasta para o atendimento desses requisitos. As necessidades básicas entendem-se como a alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas.

Já o enfoque dos salários mínimos lida com a idéia de que exista um salário mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo.

No PARPA I (2001-2005, p. 09), podemos identificar três definições da pobreza a destacar:

“Pobreza absoluta ou extrema, em termos de rendimento, que destacam como sendo a falta de rendimentos necessários para satisfazer necessidades alimentares básicas, ou requerimentos calóricos mínimos”.

Outra é a pobreza relativa tida como a falta de rendimento suficiente para satisfazer necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com o rendimento médio;

E por último a pobreza humana que é a falta de capacidades humanas básicas, como analfabetismo, má nutrição, esperança de vida reduzida, saúde materna fraca, incidência de doenças preveníveis, com medidas indirectas tais como acesso à bens, serviços e infra-estruturas necessárias para atingir capacidades humanas básicas como saneamento, água potável, educação, comunicações, energia, etc.

Portanto, em Moçambique a pobreza é definida como sendo a “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade. (Definição oficial adoptada a partir do estudo de avaliação da pobreza (PARPA I, 2001-2005).

Portanto, comungando a ideia dos autores como Crespo & Gurovitz (2002), Douglas (2007) e Lopes (2004), o conceito de pobreza abarca várias faces que requerem a sua compreensão baseada nas abordagens metodológicas e teóricas que conduzem cada pesquisa num determinado contexo. Assim, a noção de pobreza no presente trabalho deve ser vista como um fenómeno multidimensional em que há falta do que é necessário para o bem-estar material. Associa-se a esse conceito a falta de voz, poder e independência dos pobres que os sujeita a exploração, a propensão a doenças, a falta de infra-estrutura básica, a falta de activos físicos, humanos, sociais e ambientais e a maior vulnerabilidade e exposição ao risco.

Contudo, (Capucha, 2005) refere que sendo a pobreza um fenómeno multidimensional as suas causas resultam da acção conjugada de determinados factores, dos quais se destacam o mercado de emprego, pelos seus efeitos estruturantes, e os sistemas de redistribuição dos rendimentos e dos recursos materiais.

2.6. Pobreza Urbana

A pobreza urbana é conceituada no quadro desta política pública como sendo a "falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades básicas de indivíduos, famílias e comunidades residentes nas zonas urbanas" (MPD et al, 2010, p. 3).

Como forma de redução da pobreza Urbana, o governo com o Orçamento do Estado de 2011 aprovou a política pública intitulada PERPU a ser implementada em 11 Municípios das capitais provinciais incluído a Cidade de Maputo, com um instrumento que orienta o uso dos recursos para as provincias assim como os critérios e procedimentos a serem usados.

Contudo é a partir dai que os munícipes organizam seus projectos e o submetem aos conselhos consultivos de bairro para sua aprovação de aquisição dos fundos mediante o orçamento previsto no projecto.

2.7. Género

O género se refere aos atributos sociais, comportamentais e culturais, expectativas e normas associadas a ser uma mulher ou um homem. Igualdade de género diz respeito a como esses aspectos determinam como mulheres e homens se relacionam um com o outro e para as diferenças resultantes do poder entre eles, (Banco Mundial, 2012).

De acordo com (Cabral & Dias, 1998) Género refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo.

Portanto, o conceito de género possibilita compreender a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido. Assim, o conceito de género pode congelar nosso olhar tornando difícil enxergar aqueles aspectos da subordinação das mulheres afectadas por outros factores socias.

2.8. Empoderamento

o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 70, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena.Foi a partir dos meados da dessa década que os movimentos feministas começaram a questionar as estratégias de desenvolvimento e as intervenções dos

projectos que não atacavam os factores estruturais que perpectuavam a opressão e exploração das mulheres, em especial das mulheres pobres. É nesse contexto que o movimento de mulheres passa a utilizar o conceito de empoderamento.O termo foi compreendido por elas como a alteração dos processos e estruturas que reduzem as mulheres à posição de subordinada dos homens.Mageste et al (2008).

Para Sen (2000) citado em Mogeste (2008), o processo de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidadespara superar as fontes de privação das liberdades, assim como construir novas opções, terem a possibilidade e saber como escolher, bem como implementar suas escolhas e se beneficiar delas.

Assim, as capacidades são poderes que as pessoas têm para fazer ou deixar de fazer coisas, suas habilidades e as oportunidades reais que essas pessoas têm de fazer o que querem fazer (SEN, 2001).

O empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir.

Empoderar significa dar poder, ou seja é a capacidade de decidir e fazer escolhas sobre a sua pessoa, assuntos familiares e da sociedade.

Para Vasconcellos (2003) e Silva & Martínez, (2004) o empoderamento como um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afectivos e condutuais. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e colectiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos à relações de opressão, discriminação e dominação social.

Esse fenómeno dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autónomos. No empoderamento, processo e produto se imbricam, sofrendo assim interferência do contexto ecológico social, cujos lucros não podem ser somente mensurados em termos de metas concretas, mas em relação a sentimentos, conhecimentos, motivações etc.

Um dos aspectos fundamentais do empoderamento diz respeito às possibilidades de que a acção local fomente a formação de alianças políticas capazes de ampliar o debate da opressão no

sentido de contextualizá- la e favorecer a sua compreensão como fenómeno histórico, estrutural e político (Vasconcellos, 2003).

Em termos históricos, a construção do empoderamento e seus múltiplos sentidos advêm de várias origens. O empoderamento tem raízes nas lutas pelos direitos civis, principalmente no movimento feminista, assumindo significações que se referem ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e percepção, buscando uma participação real e simbólica que possibilite a democracia (Baquero, 2001).

Para Gonh (2004), citado em Kleba (2009), há dois sentidos de empoderamento : um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objectivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a acções destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projectos e acções de cunho assistencial.

O poder é, portanto, um aspecto chave no processo de empoderamento, pois as mutuárias do PERPU devem tomar suas próprias decisões desde que não inflijam as regras pré-estabelecidas no que diz respeito a gestão dos seus projectos.

As pessoas estão a unir-se, em todo o mundo, numa luta comum: participar livremente nos acontecimentos e processos que condicionam as suas vidas. (PNUD, 2013)

2.9. Estratégia

De acordo com Chiavenato, 2007, p. 234), em termos empresariais, “podemos definira estratégia como "a mobilização de todos os recursosda empresa no âmbito global visando atingir osobjetivos no longo prazo”.

Para Mainardes (2011) o conceito de estratégia vem sendo usado de maneira indiscriminada na área da gestão, significando desde um curso de acção formulado de modo preciso, todo o posicionamento no seu meio envolvente, até toda a personalidade, a alma e a razão existencial de uma empresa.

Assim, podemos concluír que a estratégia está ligada à antecipação de cenários e planos de acção a serem desencadeados nas organizações afim de alcançar os objectivos traçados.

2.10. Políticas Públicas

Políticas públicas são conjuntos de actividades desenvolvidas pelo Estado. Para Dye (1975) citado em Rocha (2010, p. 26) as políticas públicas podem ser conceituadas como sendo "tudo o que um governo faz e deixa de fazer". Portanto nota-se aqui que as acções do governo muitas vezes deixam sempre a desejar tendo em conta aquilo que o povo espera na implementação das Políticas Públicas.

De acordo com (Lopes, 2008) políticas públicas são conjuntos de programas, acções e actividades desenvolvidas pelo Estado directamente ou indirectamente, com a participação de entes públicos ou privados. Pois as Políticas Públicas afectam a todos os indivíduos independente de sexo, religião, raça ou nível de renda. Para (Rocha, 2010) e Carvalho(2008), Políticas Públicas são um conjunto de acções e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade.

Portanto, no que se pode depreender dos conceitos acima, as Políticas Públicas são a totalidade de acções, metas e planos que o governo ou município traça para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, é através dos programas e planos que o governo com auxílio dos investidores e outros doadores constroi escolas, hospitais, estradas e pontes, etc com vista a proporcionar o bem-estar a toda a população.

É certo que as acções levadas a cabo pelos dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) são antes seleccionadas tendo em conta suas prioridades, e têm sido aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Cabe ao formulador de Políticas Públicas conseguir perceber, compreender e seleccionar as diversas demandas.

Compreendidas as diversas demandas e expectativas da sociedade, farse-á a selecção de prioridades para, em seguida, oferecer as respostas. Mas as respostas nunca atenderão às expectativas de todos os grupos. Alguns grupos serão contemplados, outros não. Para os grupos contemplados o governo terá de formular e desenvolver acções para buscar atender suas

expectativas de forma integral ou parcial, pois as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender ou garantir seus interesses (Carvalho, 2008)

Assim, para poder se traçar os programas a nível das políticas públicas, esta obedece algumas fases que são denominadas de ciclo de políticas que a baixo vamos ilustrar.

2.10.1 Processo de Formulação de Políticas Públicas

O processo de formulação de políticas públicas pode ser entendido como uma sucessão de negociações entre actores políticos que interagem em arenas formais (como no legislativo ou ministérios) e informais (a rua onde os movimentos sociais e outros actores mobilizam-se) Dias & Matos (2012).

Essas negociações podem decorrer de forma transparente tais como em tribunais ou em momentos em que se efectua auscultação aos *stakeholder* e outras são menos transparentes as que ocorrem em portas fechadas, assim de acordo com Carvalho (2008) elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, para quem e quais são as consequências.

Portanto, não se pode falar de uma política pública sem que haja o envolvimento da população e seu consentimento no que tange as acções que os governantes pretendam levar a cabo.

Contudo, o mais importante é que nesse processo as necessidades e os objectivos sejam previamente definidos de maneira democrática, pela utilização dos mais diversos mecanismos de participação social, pois a intervenção via política pública tais como as que podem incidir na (saúde, educação, turismo, etc) não devem ser decisões unilaterais ou solitárias e limitada tão somente a quem detém o poder político. No que concerne a aprovação dos projectos a partir do PERPU, é possível notar o envolvimentos da população local de forma manifeste para poder particiupar activamente na alocação de seus projectos com espectativa de poder se beneficiar do fundo, e realizar seus anseios.

2.10.2 As fases de elaboração das Políticas Públicas (o ciclo das Políticas Públicas)

O ciclo de Políticas Públicas constitue segundo Dias & Matos (2012) um modelo de análise que decompõe Política Pública em uma série de etapas que formam uma sequência lógica,

constituindo uma ferramenta proposta pela primeira vez por Charles Jones em 1970 e desde então a maior parte dos actores comungam que são cinco as fases na vida ou desenvolvimento de uma Política Pública, as mais utilizadas são, a identificação de um problema ou formação da agenda, formulação de soluções, tomada de decisões, implementação, acompanhamento, monitoria e avaliação. Dentre outros podemos citar os seguintes autores: Dias & Matos (2012), Heideman (2009), Rocha (2010), Saraiva (2006), Carvalho (2008) e Rodrigues (2010).

Segundo Rocha (2010) & Carvalho (2010), afirmam que na fase de formação da politica, é onde são feitos o levantamento dos problemas que chamam a atenção dos políticos e motivam uma proposta política destinada a resolver esses mesmos problemas, pois a agenda é uma colecção de problemas que são o objecto de atenção pelos poderes públicos tais como a demanda de água numa determinada zona ou região asiim como a seca ou fome.

Sendo assim, Carvalho acrescenta que o processo de definição da lista de principais problemas da sociedade envolve a emergência, o reconhecimento e a definição das questões que serão tratadas e, como consequência, quais serão deixadas de lado. A partir do momento em que uma situação é vista como problema e, por isso, se insere na Agenda Governamental, é necessário definir as linhas de acção que serão adoptadas para solucioná-los.

Para Lopes (2008), esse é o momento onde deve ser definido qual é o objectivo da política, quais serão os programas desenvolvidos e quais as metas desejadas, o que significa a rejeição de várias propostas de acção. Assim, a autoridade terá em suas mãos uma série de opiniões que servirão como uma fonte de idéias, as quais poderão apontar o caminho desejado por cada segmento social, auxiliando na escolha e contribuindo com a legitimidade da mesma. As opiniões dos grupos precisam ser analisadas de maneira objectiva, considerando-se a viabilidade técnica, legal, financeira, política, dentre outras, seguindo para a fase de tomada de decisão.

De acorod com Lopes (2008), a actuação do Estado em qualquer de seus níveis de intervenção político-administrativo (estadual ou municipal) implica obrigatoriamente a escolha de determinadas alternativas em vez de outras, pois há sempre uma multiplicidade de soluções possíveis para resolver ou tratar de um problema, seja em termos de finalidade, de conteúdo ou de mesmo de meios.

Portanto, cabe ao governo fixar prioridades, metas e objectivos a serem alcançados, embora seja formalmente o governo quem toma as decisões há na realidade o envolvimento de vários actores no processo de tomada de decisão.

Esses actores irão influir sobre o processo de decisão defendendo seus interesses e recursos tanto materiais quanto ideológicos, o que significa que as decisões não são sempre as mais racionais ou as mais coerentes que poderiam ser devido a multiplicidade de actores (Dias & Matos, 2012).

Tendo em conta aos vários processos mencionados, segue-se a fase da implementação que é fundamental porque é nela que a política até então quase feita exclusivamente de discursos e de palavras se transforma em factos concretos.

Para Dias & Matos (2012), nesta fase as políticas públicas são concebidas, decididas e implementadas por pessoas que por sua vez são afectadas de diversos modos por elas, pois, existe o envolvimento de diversas instituições, a administração, o parlamento, sindicatos, ONG's com características sociais, políticas e interesses que as tornam cada uma um actor a mais do jogo político administrativo.

Porém, Rocha (2010) salienta que o processo de implementação depende do contexto onde se realiza, pois é definido por diversas variáveis, umas internas ao próprio processo e outras externas.

Portanto, podemos notar que no processo de implemetação dos projectos do PERPU a maior parte das mutuárias não tem nenhum grau de instrução, não foram capacitadas em matéria de gestão de negócios, os avaliadores dos projectos são também entidades que carregam consigo as mesmas dificuldades e qualificações dos que vão implementar não se fazendo portanto a análise de viabilidade desses projectos e seu impacto para a comunidade local.

Assim, a fase final é a avaliação que se apresenta como um elemento crucial para as Políticas Públicas. O facto de ser apresentada como última etapa não significa que ela seja uma ferramenta para ser útilizada apenas quando o tempo de actuação da Política Pública acaba. Muito pelo contrário, a avaliação pode ser feita em todos os momentos do ciclo de Políticas Públicas, contribuindo para o sucesso da acção governamental e a maximização dos resultados obtidos com os recursos destinados (Dia et al, 2012).

Além disso, a avaliação também é uma fonte de aprendizagem que permite ao gestor perceber quais acções tendem a produzir melhores resultados.

Para Lopes et al (2008), o processo de avaliação de uma política leva em conta seus impactos e as funções cumpridas pela política. Além disso, busca determinar sua relevância, analisar a eficiência, eficácia e sustentabilidade das acções desenvolvidas, bem como servir como um meio de aprendizado para os actores públicos.

No que diz respeito as políticas públicas, elas devem ser vistas como "formas de actuação dos governos em prol da construção de uma sociedade menos ineficiente e mais coesa socialmente" Pereira (2005, p. 124). A partir desta visão, podemos olhar para o PERPU, como instrumento de intervenção do Governo na construção de uma sociedade urbana com um nível de vida relactivamente estável se equiparado a zona rural.

Contudo, a pós observação feita nos diversos locais da pesquisa no que tange a formulação e aprovação dos projectos, é necessário que o conselho municipal, junto dos órgãos dos PA e CC de bairro, durante a aprovação dos projectos a nível do PERPU, que tomem muita atenção no que tange ao tipo de projecto a ser aprovado e olhar no impacto que esses projectos poderão trazer para aquela comunidade, isto é, devem ser aprovados projectos que realmente respondem ao objectivo pelo qual o programa foi criado, como por exemplo o de aumentar as oportunidades de emprego e os níveis de empregabilidade da mão-de-obra, pois o que verificamos é que os responsáveis estão somente a cumprir "questões políticas" para dizer que esse fundo esta sendo distribuídos em todos os bairros.

2.2 Teorias

As teorias a seguir realçam a forma como são formuladas as políticas públicas pelo governo de modo a atender as demandas da sociedade. A Administração Pública se reveste como um conjunto de instituições com diversas incumbências com um e único propósito que é o interesse público e para tal apoia-se das políticas públicas na concretização desse interesse.

2.2.1 Abordagem teórica interpretativa de Yanow sobre Políticas Públicas

Para a compreensão da dinâmica que se circunscreve a partir da implementação da política pública em alusão, optamos pela aplicação da abordagem teórica interpretativa proposta por

Yanow (citado por Tvedten, 2008). De acordo com Yanow esta abordagem coloca uma série de questões sobre como os significados das políticas são comunicados e percebidos por diferentes audiências.

A adopção desta abordagem teórica na presente pesquisa justifica-se na medida em que ela nos permitirá compreender as lógicas que circundam as percepções em torno do PERPU desde a formulação da política, passando pelos implementadores até aos beneficiários, o que Wedel chamou de studying trough. (Significa o seguimento da política pública desde a sua formulação, passando pela implementação até a sua apreensão pelos beneficiários. (Tvedten, 2008).

As políticas de género são normalmente moldadas por noções de "igualdade de género" e "empoderamento da mulher", e estabelecidas para apoiar as mulheres através do aumento de oportunidades de emprego, educação, saúde e da melhoria de outras condições sócioeconómicas básicas. A noção de uma "feminização da pobreza" baseia-se na premissa de que as mulheres são mais pobres do que os homens, a incidência de pobreza entre as mulheres está a aumentar em relação à dos homens, e a crescente pobreza entre as mulheres está ligada à feminização da chefia do agregado familiar (Chant, 2007).

As relações de género são essencialmente constituídas socialmente e serão diferentemente percepcionadas e terão diferentes expressões em diferentes cenários sócio-culturais Ortner (2006). Adicionalmente, embora as diferenças em condições materiais de rendimento e bens entre homens e mulheres sejam uma parte importante da feminização da pobreza, esta envolve também questões à volta da falta de voz activa e de poder em relação às instituições da sociedade e do estado, vulnerabilidade perante choques adversos e a capacidade de os enfrentar através das relações sociais e instituições legais.

Por último, a possibilidade de as mulheres fazerem uso de oportunidades acrescidas e através delas melhorarem as suas vidas depende efectivamente da sua posição no agregado familiar e das suas relações com os homens – tornando necessário compreender estes factores para desenhar políticas e intervenções relevantes.

Para um enquadramento analítico geral, olharemos para a noção de Bourdieu (1990) e Ortner (2006) que dizem que a ordem (ou estrutura) social e cultural em que as pessoas se encontram tem um poderoso, e mesmo determinante efeito na acção humana e na forma dos eventos, mas

acentua também a intervenção humana e a natureza da vida comum. Há sempre locais disponíveis de prática e perspectiva alternativas, dentro das configurações hegemónicas sócio-culturais de género, e estes podem tornar-se a base para a resistência e transformação (Ortner 2006).

A abordagem de Bourdieu (1990), evidencia também as posições económicas e assimetria social como a dimensão mais relevante tanto da estrutura como da acção, o que significa que os pobres e vulneráveis são mais constrangidos e têm uma gama mais limitada de opções alternativas do que os que estão em melhor situação. Deste modo, a pobreza tem por si própria consequências, no sentido em que canaliza perspectivas e actos em direcções que tendem a perpetuar a posição estrutural dos pobres (pobreza crónica).

Além do mais, em vez da estrutura ou acção assumirem a prioridade para Bourdieu, ele realça a primazia das relações. Defende ele que a sociedade não consiste em indivíduos; antes expressa a soma de ligações e relações nas quais as pessoas se encontram a si próprias. Na mesma linha, as relações de género ao nível de agregados familiares e de indivíduos são afectadas por processos políticos e económicos externos, que reproduzem tipos particulares de posições e papéis ligados ao género que são congruentes com os padrões de poder socialmente estabelecidos (Moore 1994, Ortner 2006).

Isto quer dizer que mudanças significativas nas relações de género dependem da transformação estrutural no acesso ao emprego e ao rendimento; controlo sobre os meios de produção e outros bens económicos; e do contexto sócio-cultural em que as relações de género são representadas, como as experiências vividas por homens e mulheres.

Segundo estudos feitos por Tvedten at al (2008) argumentam que em Moçambique a cultura patriarcal e a ordem social masculinizada existentes são excepcionalmente fortes, uma vez que os homens controlam a maioria das posições de poder e influência, tanto a nível nacional como local. Eles estão geralmente em melhor situação em termos de emprego e rendimento, bem como de educação e saúde, controlam a terra e outros meios básicos de produção no importante sector agrícola, e para a maioria das mulheres os custos sociais de não viver numa união conjugal com um homem são ainda suficientemente elevados para que a maioria delas evite esta situação.

2.2.2 Estado Providência (Walfare State)

Estado Providência apresentou-se como uma via mista, que aceitando e promovendo a economia de mercado, não deixava de considerar o papel do Estado como determinante na regulação da mesma, tentando desta forma gerar equidade, estabilidade e crescimento económico, sobretudo com o propósito de proteger os cidadãos ante a ameaça da exclusão e das demais contingências económicas e sociais.

Nos anos 80 a maioria dos países ocidentais fazia evoluir a reforma dos seus Estados e das suas Administrações Públicas com base nos princípios do liberalismo económico e do managerialismo organizacional para os organismos da Administração. Estas correntes, concorrendo para uma modificação filosófica no papel de Estado e Administrações nas sociedades modernas foram fundamentais na mudança dos paradigmas político, económico, social e organizacional.

Assim, passava-se a advogar com cada vez menos reservas, por um lado, a desintervenção do Estado em sectores onde este era tradicionalmente regulador e prestador e, por outro, a empresarialização dos organismos públicos e do seu funcionamento.

Este complexo causal de interações traduz-se na expansão do orçamento social, no aumento dos funcionários públicos e na proliferação de programas e projectos. Enquanto o crescimento do Estado Social foi acompanhado do crescimento económico, não houve necessidade de analizar racionalmente as políticas adaptando-se uma abordagem incrementalista (Hayes, 2006 Citado em Rocha 2012).

Portanto, é neste contexto que surgem as Políticas Públicas, no sentido de avaliar, racionalizar e explicar as fazes do ciclo politico, para (Lasswel e Lerner 1951, citado em Rocha 2012, P. 41) “deve-se explicar como se formam as Políticas Públicas, como são decididas e como são implementadas. Ainda neste modelo importa sublinhar que é o Estado que implementa as políticas, usando a máquina administrativa tradicional ou alargando-a pela integração de novos funcionários, os chamados profissionais”.

Neste paradigma o Estado é apresentado como o autor das Políticas Públicas, os governos confrontam os problemas e fazem escolhas, as quais são implementadas usando o poder coersivo, o governo é visto assim como uma maquinaria para resolver problemas.

Contudo, a introdução de Políticas Públicas que visam a satisfação das necessidades colectivas é neste paradigma uma das grandes incumbências do governo, dai a introdução do Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU).

2.2.3 A abordagem managerialista da Administração Pública

Entre as várias propostas de reforma para o Estado e para as Administrações Públicas, a que mais sobressaiu a partir dos anos 80 foi a da Escola Managerial de onde surgiu o conceito do New Public Management (NPM). De entre os seus princípios fundamentais Madureira (2004) destacava os seguintes:

A descentralização, apontada como elemento de particular relevo enquanto motor da capacidade criativa e de inovação organizacional, indiciou como imperativa a redução dos níveis hierárquicos (achatamento obrigatório dos tradicionais designs piramidais).

A desregulação que supostamente contribuiria, a nível organizacional, para que os gestores públicos pudessem intervir directamente na gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais, na tentativa de alcançarem os objectivos organizacionais. Num sentido mais lato a desregulação levou também a que alguns dos sectores em que o Estado era tradicionalmente prestador passassem para o sector privado (são disto exemplo a privatização de parte do ensino, da saúde, das telecomunicações e até do sector energético).

A delegação das competências como forma de, definidos os objectivos estratégicos, o poder político se poder afastar das preocupações da gestão corrente e da implementação das políticas. O emagrecimento do Estado e da Administração Pública através da diminuição do número de funcionários públicos, dispensáveis num contexto em que uma parte dos serviços do sector público perde dimensão e importância. Foi desta forma que surgiu o supra referido paradigma managerial de gestão pública orientado para uma cultura baseada no desempenho e num sector público menos centralizado (OCDE, 1995).

De acordo com Hood, (1991) este paradigma consubstanciava-se na profissionalização da gestão, na criação objectiva de medidas de desempenho, no privilegiar da importância dos resultados e da redução dos custos e na segmentação das unidades administrativas consideradas exageradamente grandes, sem deixar de lado a accountability (pois a onda de reforma do sector

público culmina com a aproximação do sistema de gestão da coisa pública com a de gestão privada que é a prestação de contas.)

Portanto, umas das inovações neste paradigma de gestão é a vontade manifeste de substituir a gestão pública por uma gestão empresarial, este movimento começa a integrar novos conceitos e instrumentos de gestão a partir dos anos 90.

Como exemplos disto foi a introdução na gestão pública de conceitos como o Total Quality Management e o Total Quality Politics que introduz características como a prática da administração baseada nas necessidades dos cidadãos. Outros autores associados ao NPM apontaram para a necessidade da promoção de uma responsabilização dos gestores públicos, da competição entre os serviços públicos e da avaliação dos resultados enquanto indicador fundamental dos desempenhos (Osborne & Gaebler, 1992).

A NPM, vem revolucionar o sector público como afirma Kickert (1999) que a gestão Pública não é apenas uma questão de eficácia ou eficiência, mas prende-se essencialmente com aspectos como a legalidade e a legitimidade de procedimentos.

A NPM não significa uma nova visão da gestão pública, mas sim a substituição da gestão tradicional por processos e técnicas similares a da gestão empresarial, ppoiso pressuposto fundamental da NPM é de que tudo o que é público é ineficiente, já que a forma eficiente de alocar serviços é o mercado.

O funcionamento da Administração Pública esta em constantes reformas, pois as exigências da sociedade e dos cidadãos esta cada vez mais crescente, fazendo com que o legislador esteja atento a essas mudanças na medida em que a actuação da Administração Pública esta sujeita ao império da lei.

É neste contexto que o governo vem implementando políticas que venham a responder as demandas da sociedade como é o caso do PERPU.

2.3. O programa estratégico para redução da pobreza urbana.

O PERPU constitui uma política pública elaborada de forma a materializar o objectivo central do Plano Quinquenal do Governo 2010-2014, que é o de combater a pobreza de forma a melhorar as condições de vida dos cidadãos (PQG, 2010).

Esta política enquadra-se num contexto governamental de combate a pobreza que centra sua atenção nas zonas urbanas, mas políticas idênticas ja vinham sendo implementadas nas zonas rurais, por exemplo a introdução no ano de 2006 do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) que foi mudando de designação e hoje é designado por Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), comummente denominado "7 Milhões" e tem como objectivo "contribuir para a redução da pobreza através do financiamento de projectos individuais de produção de alimentos e de geração de emprego e de renda" (Sande, 2011: 207). Neste sentido, as políticas traçadas nesta fase tendiam a olhar para o fenómeno da pobreza urbana relegada a um segundo plano.

Assim, como resultado da Governação Aberta e Inclusiva adoptada em 2005, o governo apercebeu-se da necessidade de uma intervenção sobre a pobreza no contexto urbano, culminando com a elaboração de uma política pública para o Quinquénio 2010-2014. Foi neste contexto que se elaborou o PERPU em 2010 e implementado a partir de 2011. Este programa passou a fazer parte das acçõesdo Governo com vista a combater a pobreza urbana e com raio de abrangência limitado às capitais provinciais.

O PERPU (2011) é orientada por três (3) objectivos, nomeadamente: (1) o aumento das oportunidades de emprego; (2) a melhoria do ambiente de negócios e os níveis de empregabilidade de mão-de-obra; e por fim (3) a melhoria do sistema de protecção social.

Para o período 2011-2014, definiu-se a criação de oportunidades de emprego e a protecção social como os vectores fundamentais a serem desenvolvidos no quadro do PERPU. Assim, no que diz respeito a criação de oportunidades de emprego, o programa incorpora actividades como auto emprego, a promoção de pequenas e médias empresas absorventes de mão-de-obra, tais como serralharia, piscicultura, mecânico auto, entre outras.

A componente de protecção social no PERPU integra aspectos como a acção social directa, a acção social da saúde e a acção social escolar.

De forma a tornar os objectivos acima referidos materializáveis, o Governo aloca anualmente fundos com vista a financiar iniciativas consideradas viáveis pelas autoridades municipais e que possam contribuir para a redução da pobreza no meio urbano.

O critério de afectação do valor inscrito no âmbito do PERPU leva em consideração duas vertentes, sendo a primeira que corresponde a uma taxa fixa de 7 milhões de Meticais distribuída de forma uniforme a todas as cidades beneficiárias. A segunda vertente diz respeito a uma variável (valor acrescido aos 7 milhões que leva em conta o índice de pobreza de cada urbe, bem como o número de habitantes), o que faz com que o valor acrescido se diferencie de urbe para urbe. Neste contexto, por exemplo a cidade de Lichinga foi acrescida no ano de 2011 o valor de 3,939.0Mt totalizando 10,939.0Mt, sendo a cidade de Maputo a que teve a variável mais elevada de 13,738.6mt o que totalizou 20,738.6 Mt (MAE et al, 2011).

Os valores desembolsados pelo Governo nos anos de 2011 e de 2012 no quadro do PERPUdestinavam-se apenas à implementação do primeiro vector (a criação de oportunidades de emprego). A implementação do segundo vector(o da protecção social) dependeria da potencialização de acções de parceria com outras instituições, sublinhando-se nesta ordem de ideia que cada município deverá estabelecer parcerias junto de outras instituições com vista a materialização desta componente.

O PERPU "destina-se, prioritariamente, a apoiar pessoas pobres mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário e/ou outro tipo de crédito concedido por instituições financeiras formais" (MAE et al, 2011: 7). Assim, a identificação destas pessoas pobres é feita mediante o uso do conceito de pobreza acima referenciado. Essa tarefa cabe às Comissões Técnicas de Avaliação dos Projectos dos bairros bem como dos Postos Administrativos.

Dentro desta política pública, existem duas categorias de potenciais beneficiários usadas no processo de elegibilidade de beneficiação: a primeira é o beneficiário individual e a segunda pode ser em associações, onde são incorporadas também nesta segunda categoria as pequenas e médias empresas. Assim, no quadro desta política pública privilegia-se mais o financiamento da segunda categoria por esta poder absorver maior número de mão-de-obra comparativamente com a primeira.

2.3.1Para a primeira categoria exige-se como requisitos de beneficiação os seguintes:

- ✓ Ser residente no território do Distrito Municipal onde pretende implementar o projecto e confirmado pelas autoridades locais. (Vide anexo II)

- ✓ Possuir nacionalidade moçambicana;
- ✓ Ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais;
- ✓ Possuir idade não inferior a 18 anos e
- ✓ Possuir o Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

2.3.2. A beneficiação por parte das associações ou das pequenas e médias empresas rege-senos seguintes requisitos:

- ✓ Estar legalmente registada e com uma estrutura de organização e gestão consolidada observável a partir do núcleo central dos membros das associações;
- ✓ Os membros da associação devem ser residentes no território do Distrito Municipal onde se pretende implementar o projecto, confirmado pelas autoridades locais;
- ✓ A associação deve operar no Distrito Municipal onde se pretende implementar o projecto;
- ✓ A associação deve ser constituída por cidadãos nacionais; e
- ✓ Possuir o Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

No quadro da política pública em alusão, estipula-se como o máximo de financiamento um montante que vai até os trezentos mil meticais (300.000.00 Mt) seja a nível individual, quer seja a nível das associações. O PERPU prevê que o reembolso dos valores alocados seja iniciado a partir de prazos acordados no acto das negociações com uma taxa de juro que varia entre os 3 e os 7 por cento sobre o montante concedido.

Esta variação da taxa de juro leva em consideração a natureza do projecto bem como o valor concedido, sendo que quanto maior for o valor maior é a proporção do juro. A prática mostra muitas vezes os reembolsos iniciam depois de três meses após a recepção do valor.

Capítulo III- Metodologia

3. Abordagem metodológica

Nesta pesquisa, usar-se-á a abordagem qualitativa que segundo (Vilelas, 2009) tem como principal objectivo interpretar o fenómeno que observa, servindo-se dos métodos tais como a observação, a descrição, a compreensão e o significado, para Minayo e Sanchez (1993), este método enquadra-se na corrente compreensivista[1] considerada pilar das abordagens qualitativas.

Assim de acordo com os autores acima na pesquisa qualitativa não existe hipótese pré-concebidas pois, as suas hipóteses são construídas após a observação (ou seja, dá ênfase na indução).

Para Maanen (1979, p. 19), "na abordagem qualitativa existe uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito que dá um vínculo inseparável entre o mundo objectivo e a subjectividade, pois trata-se de um fenómeno meramente social". Para Denzin et al, (2006) a pesquisa qualitativa trabalha com dados subjectivos, crenças, valores, opiniões, fenómenos, hábitos.

A pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais, pois facilita o uso de técnicas interpretativas descrevendo e descodificando os componentes de um sistema complexo de significados. A partir do enfoque qualitativo nos foi possível analisar a questão do empoderamento da mulher e o nível de desenvolvimento económico e social das mesmas na cidade de Lichinga, tendo em conta as diversas actividades económicas por elas realizadas.

De acordo com Neves (1996, p. 54), nas ciências sociais os pesquisadores, ao empregar estudos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social. Ressaltam a diversidade do estudo qualitativo que tem um caráter descritivo com enfoque indutivo. Ela desenvolve-se pelo facto de valorizar todos os aspectos característicos de um ser, objecto sem descriminação para poder encontrar melhor direcção ou estudo, é do geral que se desenvolve ao particular, querendo ressaltar que a questão do empoderamento da mulher não é preocupação somente da zona urbana, pois constitui um dos maiores desafios do governo a equidade de género em todas as esferas políticas, económicas e sociais.

[1] Corrente que na visão de Giddens (1998) defende que as ciências sociais não devem se preocupar em explicar os fenómenos, mas sim, compreender como eles são.

Segundo Giannotti et all (2013, p.11) a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e aquilo que está sendo estudado. Considera ainda que existe um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a sua subjectividade, que não pode ser traduzido em números, ou seja:

- A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são essenciais no processo de pesquisa qualitativa;
- Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, mas pode usá-los apenas como suporte;
- O ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento chave nesse processo;
- Os instrumentos comuns de colecta de dados da pesquisa qualitativa são: a observação participante, a entrevista, o questionário, o estudo de caso.

Esta metodologia permitiu explorar a subjectividade do objecto e as nuances que escapam através da revisão de literatura, bem como possibilitou a aproximação entre o sujeito e o objecto da pesquisa numa relação de complementaridade.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa desse estudo envolveu a obtenção de dados com as entrevistas realizadas. Esses dados foram obtidos em contato directo do pesquisador na situação de entrevista de pesquisa, os inquéritos assim como na nálise documental uma vez que a base do estudo são os procedimentos estatuídos no PERPU.

3.1. Tipo de pesquisa

Refere-se à lógica interior do processo de descoberta científica, e a ele correspondem não somente orientar a selecção dos instrumentos e técnicas específicas de cada estudo, mas também, fixar os critérios de verificação ou demosntração do que se afirma na investigação. O método tem como fim determinar as regras de investigação e a prova das verdades científicas. (Vilelas, 2009, p. 43).

Para Gil (1999) citado em Vilelas (2009, p. 47), método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adoptados para se atingir o conhecimento.

Segundo Goldenberg (1997) o método como a observação sistemática dos fenómenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar a causa desses fenómenos, suas correlações e aspectos não-revelados.A característica essencial do método científico é a investigação organizada, o controle rigoroso das observações e a utilização de conhecimentos teóricos.

Portanto, o pesquisador deve ter em conta de forma cautelosa o uso desses métodos no processo investigativo de modo que os resultados advindos sejam efectivos e fruto da observação dos fenómenos reais, conjugados com os conhecimentos teóricos adquiridos.

De acordo com Barros &Lehfeld (1986) nos mostram a importância da observação como procedimento investigativo. A observação deve ser exacta, completa, sucessiva e metódica, e sobretudo imparcial. Pode ser,observação assistemáticae sistemática.

O que significa, que o pesquisador deve seguir todas as regras previstas para o uso dessa técnica de recolha de dados de modo que não incorra em erros nos resultados obtidos.

De acordo com Lakatos e Marconi (1991), o método de abordagem caracterizar-se-ia por uma abordagem ampla, em nível de abstração elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. Englobaria:Método indutivo. Ao desenvolver o nosso estudo foi possível, por via do método interpretativo ou hermenêutico, assim como ométodo descritivo.

A pesquisa qualitativa não pretende generalizar de maneira intrínseca os resultados para populações mais amplas, nem necessariamente obter amostras representativas tendo em conta a lei da probabilidade e nem mesmo que seus estudos sejam replicados, pois fundamentam-se mais em um processo indutivo que exploram, descrevem e logo geram perspectivas teóricas numa visão que parte do particular para o geral.

Para Trivinos (1987, p.103), a “pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar”. Neste contexto este estudo permitiu ao investigador descrever a questão da participação massiva e activa das mulheres como sendo um dos grupos alvo no desenvolvimento de actividades diversas na geração/ promoção do auto-emprego no Município de Lichinga, como estratégia de empoderamento das mesmas.

A perspectiva interpretativa procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes pois visa simplesmente apresentar uma perspectiva global do objecto de estudo tendo em conta o ponto de vista do investigar. (Fonseca,2002, p. 34).

Métodos de interpretação começam a partir da posição do nosso conhecimento darealidade, incluindo o domínio da acção humana, é uma construção social poractores humanos e que este se aplica igualmente aos pesquisadores. (Walsham, 1993).Não há nenhuma realidade objectiva que pode ser descoberta e replicada, em contraste com os pressupostos da ciência positivista, estes assumem que a realidade é socialmente construída e torna o pesquisador o veículo através da qual esta realidade é revelada. Os pesquisadores com auxilio do método interpretativo, assim, tentam compreender os fenómenos através do acessoaos participantes atribuirndo-lhes significados.

3.2Técnicas de recolha de dados

> Segundo Sampieri (2006), " em estudos qualitativos envolvem a colecta de dados utilizando técnicas que não pretendem medir nem associar as medições a números, tais como observação não estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação de experiências essoais inspecção de histórias de vida, interação com grupos ou comunidades e introspecção". Para Severino (2007, p.124-125) as técnicas de pesquisa são as seguintes: documentação, entrevista, história de vida, observação e questionário.

As técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias. Mas, obviamente, precisam ser compatíveis com os métodos adoptados e com os paradigmas epistemológicos adoptados.

De acordo com Vilelas (2009), afirma que a pesquisa exploratória é útil a técnica de observação dos factos e entrevista como técnica de colecta de informações sobre um determinado assunto, directamente solicitadas aos sujeitos pesquisados.

Ainda segundo o autor acima, este tipo de pesquisa é muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas e trata-se, portanto, de uma interacção entre pesquisador e o pesquisado. O pesquisador visa aprender o que os sujeitos pensam, sabe, representam, fazem e argumentam, pois isto dispõe poucas informações, pois o procedimento observatório revela inesperados e surpreendentes resultados.

No que diz respeito a procedimentos metodológicos para a presente pesquisa, usar-se-á a técnica de observação participante, entrevista directa, inquérito e análise documental (Vilelas, 2009).

- Observação, técnica que ajudou o pesquisador a fazer um registo e planeamento sistemático do que pretende investigar e das actividades que pretende levar a cabo.
- Questionário e Entrevista, técnicas de recolha de dados que ajudaram ao pesquisador na recolha de dados sobre a pesquisa directamente dos sujeitos da pesquisa. Para tal, o questionário e entrevista foram dirigidos aos responsáveis do Programa para Redução da Pobreza Urbana no Município de Lichinga e das respectivas mulheres beneficiárias do PERPU.
- Análise documental – É uma fonte de colecta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primarias, podendo ser feitas no momento em que o fenómeno ou o facto ocorre, ou depois (Marconi e Lakatos 2006, p. 176), esta consistiu na consulta de obras, documentos ministeriais, artigos científicos, entre outros.

Segundo o autor acima citado, a investigação qualitativa centra-se na dinâmica entre o mundo real e o sujeito e dá um vínculo inseparável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Portanto, com este método, pretende-se explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas a serem incorporadas no estudo e a sua base assenta na interpretação da realidade social.

Portanto, tratando-se um plano desenhado pelo governo para mitigar as demandas sociais, estas técnicas vão nos auxiliar no alcance da realidade, pois há necessidade de poder viver de perto tendo em conta aos diversos locais em as mulheres beneficiária do PERPU estão realizando as suas actividades.

Nos dados que nos foi fornecido pelo conselho municipal indicam que dentre as várias actividades desenvolvidas pelas mulher no âmbito do PERPU, é possível destacar as seguintes: comércio, agricultura, horticultura, comercialização,alfaiataria, confeição de alimentos dentre outras actividades.

3.3. Universo e Participantes

3.3.1. Universo

Para a presente pesquisa, o universo é composto por todas as mulheres beneficiárias do fundo do PERPUna cidade de Lichinga no período de 2011 a 2014, que correspondem a 460 mulheres de acordo com os dados estatísticos do conselho Municipal da Cidade de Lichinga.

Esses estão agrupados de acordo a actividade que cada uma esta desenvolve, tendo em conta os bairros e algumas localidades, tais como os bairros de Sanjala, Namacula, Muchenga, Nzinje, Estação, Cerámica, Luchiringo, Popular, Chiulugo, Assumane, Massenger, Sambula/Utumuile, Nomba, Ntonto, Josina Machel, Mitava, 23 de Setembro e incluindo algumas mulheres que exercem actividades comerciais a nível do mercado Central.

3.3.2. Participantes

Em conformidade com (Vilelas, 2009) a amostra/participantes será não probabilística e aleatória. A natureza da população definida na amostra acima será definida por conveniência usando-se a técnica de amostragem não probabilística, que constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem, por isso destituída de qualquer rigor estatístico. As teorias de participantes variam em função do tipo de população, de sua extensão, das condições materiais para a realização da pesquisa.

Para a presente pesquisa foi usada a teoria de participantes por conglomerados, que de acordo com esta teoria os participantes são indicados em situações em que é bastante difícil a identificação dos seus elementos. É o caso, por exemplo, de pesquisa cuja população seja constituída por todos os habitantes de uma cidade. Nesses casos é possível proceder-se a selecção dosparticipantes a partir de “conglomerados” (bairros, quarteirões, organizações, edifícios, fazendas, etc.) e este foi o caso do presente trabalho, (Triola,1998, p. 68).

Do universo acima levantado, teremos como participantes 10 mulheres seleccionadas por conveniência, pois, as mulheres beneficiárias do fundo do PERPU, estão dispersas em diversas localidades, bairros desta urbe, sendo portanto difícil a sua localização e assim sendo mantivemos contactos com as participantes de mais fácil acesso, tais como as que se encontram

no mercado Central, as do bairro de Massenger, Ntoto e o bairro de Assumane, como forma de obter o maior número possível de informações verídicas sobre o fenómeno em questão.

3.4 Limitação de Estudo

Tratando de um trabalho de pesquisa, seria dificil dizer que não tivemos dificuldades, pois para podermos material o objectivo do trabalhos tivemos que recorrer aos dados que careceram de busca insensante para tal.

De acordo com a natureza do trabalho, que consideramos sencivel, em alguns bairros desta Urbe as mutuarias do PERPU, sentiram-se assustadas, ao saber que viria alguém para dialogar com elas no concernente ao empréstimo que fizeram no Conselho Municipal, fazendo com que levassem de imediaato sua bagagem para a machamba e não pude contactar com elas.

Pois, uma das obrigações por parte das beneficiárias é desembolsar o fundo mensalmente num valor estipulado pelo conselho municipal que não é fixo pois varia de acordo com o valor que cada uma se beneficiou. (vide o anexo)

Tratando-se de uma pesquisa para além do processo de recolha de dados, uma das grandes dificuldades esta relacionado com material didáctico para materialização do trabalho,

Portanto, apesar de toda dificuldade enfrentada, com a força de vontade e o auxilio/apoio dos demais que colaboraram para que a pesquisa se concretizasse,foi possível superar essa dificuldades. Como se pode depreender, a abordagem do PERPU é complexo e diz respeito a algo muito sensível que é a gestão dos fundos públicos, fazendo com que todos os envolvidos nesse processo se sintam responsáveis e em algum momento preocupados porque apesar de uma minoria achar que o fundo é de graça porque pertence ao governo da Frelimo, cuja a ascessão ao poder é devido a escolha que eles mesmo o fizeram, mesmo assim muitos têm noção de que há necessidade de poder reembolsar o valor de acordo com o contrato.

Contudo é de salientar que o factor reembolso não é ucerne da nossa pesquisa, mas sim a questão do desenvolvimento económico e social das mulheres após terem contraído o empréstimo.

3.5. Ética da Pesquisa

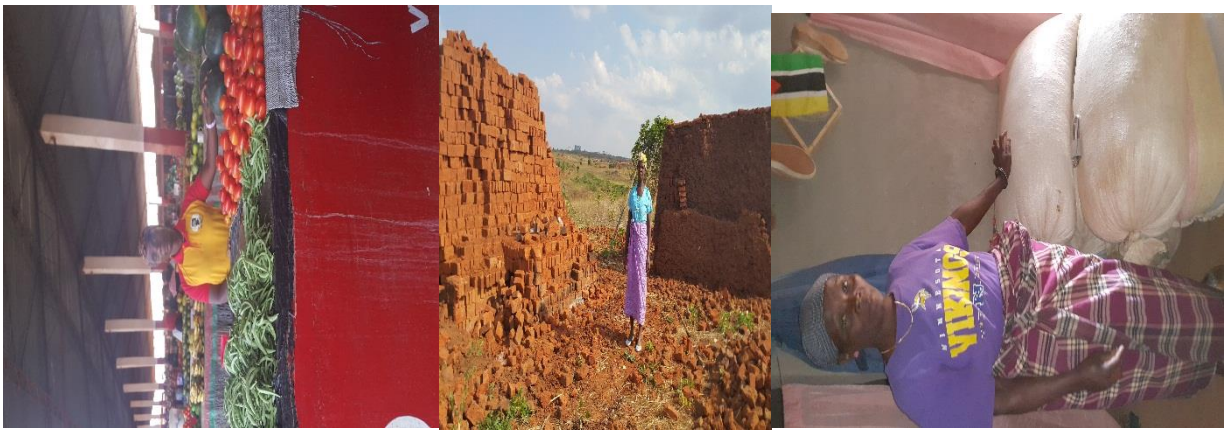
No que concerne a ética da pesquisa , Vilelas (2009, p.380) salienta que o “investigador tem que proteger o inquerido contra possíveis inconvenientes de lhe prejudicar”, pois o pesquisador deve ter cuidado para não interferir na dignidade das pessoas.

Portanto afirmamos que em todo o processo de elaboração deste trabalho cintífico foram observadas todas as normas de confidencialidade, informação, integridade, lealdade, legalidade e acima de tudo a honestidade tendo se evitado nos guiões das entrevistas e nos questionários todas as tendências que ofusquem a pesquisa.

Como forma de deixar a vontade as mutuárias, e uma vez que a maior parte das mulheres são domésticas, e pouco perecebem a língua portuguesa, as entrevistas foram feitas em língua local Yao, pois pensamos nós que está seria também uma das formas de manter as questões éticas previstas no processo de elaboração de um trabalho científico.

3.6.Caracterização do Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Município de Lichinga, concretamente nos bairros de Massenger, Ntoto e Assumane. Nesse local foi possível entrar em contacto com algumas mutuárias descritas como participantes desta pesquisa que estão desenvolvendo algumas actividades fruto do fundo do PERPU conforme ilustram as imagens.



Fonte: Autora

Capítulo IV- Apresentação, Análise e Interpretação de dados

Este capítulo é reservado à análise e interpretação de dados colectados a partir das técnicas de recolha de dados que fizemos menção no capítlo da metodologia a usar no trabalho.

Qualquer actividade que exige informações é necessário antes escolher os métodos mais adequados para sua obtenção. Contudo, para obtenção dos dados deste trabalho, recorreu-se a abordagem metodológica qualitativa, com o uso de algumas técnicas de recolha de dados, como é o caso de observação, entrevistas com o uso de um questionário dirigidoas mulheres beneficiárias do PERPU como acima foi referenciado.

A análise e interpretação de dados que se fará no presente trabalho, tem como base os questionários feitos as mulheres, a entrevista, observação e análise documental conforme descrito nas técnicas de recolha cde dados. Esta interpretação de dados será feita à partir de uma comparação entre as ideias de vários autores que realçam sobre o assunto (Triangulação) e as respostas obtidas aos inqueridos.

Lakatos e Marconi (2002:35) afirmam que na análise o pesquisador entra em detalhes dos dados colectados a fim de conseguir respostas às suas indagações e procurar estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas.

Contudo, a análise e interpretação de dados deste trabalho vão procurar dar respostas aos objectivos básicos que guiam as linhas de pesquisa do trabalho.

A sistematização dos dados recolhidos durante a pesquisa, de forma a permitir uma análise profunda sobre o fenómeno é uma das actividades a serem feitas neste capítulo.

Os dados serão agrupados em categorias de acordo com a natureza de respostas que foram dadas pelos entrevistados, e os resultados serão apresentados em tabelas e em parágrafos de acordo com o tipo de resposta.

4. Apresentação dos dados dirigido as mulher beneficiárias do PERPU (Apêndice I)

A tabela a baixo, descreve um conjunto de perguntas, que foram feitas as mulheres beneficiárias do fundo do PERPU como meio de auxílio para melhor compreensão do tema em alusão. Estas

questões foram elaboradas espelhando-se nas questões de pesquisa, mas o grande objectivo era o de fazer uma auscultação real daquelas que vivem a realidade da implementação dos projectos de perto.

N°	Questão	Mulheres entrevistadas	Respostas		Observação
			Sim	Não	
1	Ja ouviu falar de PERPU?	10	10	00	
2	Como soube que existe um fundo no município e que poderia se beneficiar?	10	10	00	Todas responderam que foi o régulo.
3	Depois que recebeu o fundo o que é que mudou na sua vida como mulher?	10	7	3	Houve melhorias/mudanças
4	Sera que o numero de mulheres beneficiarias esta responder com o objectivo do governo pelo qual o fundo foi criado?	10	6	4	Sim porque recebemos dinheiro
5	A sua actividade permanece até hoje porque esta lhe render ou teve que recorrer a outras fontes	10	3	7	A maior parte perdeu tudo e não conseguiram avançar com o negócio
6	A senhora se considera uma boa gestora?	10	5	5	A metade das inqueridas consideram-se boas gestoras, pois o negócio esta sendo mantido por longo tempo.

4.1 Análise de dados

4.1.1 Políticado governo denominado PERPU

Entrevistadas as mutuárias, todas foram unánimes em afirmar que sim ja ouviram falar do Perpu, pois trata de concessão/empréstimos de dinheiro para os cidadãos a nivel da Autarquia.

Sendo assim disseram que qualquer um poderia dirigir-se ao município e desde que reunisse os requisitos exigidos poderiam beneficiar-se desse fundo para actividades que também estão previstas a nível do Plano Estratégico para redução da pobreza Urbana.

É de salientar que o governo para além de definir nesse programa quem ou quais seriam os grupos alvo, delineou também em que áreas deveriam incidir os projectos.

O financiamento disponibilizado no âmbito do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana destina-se, prioritariamente, a apoiar pessoas pobres mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário e/ou outro tipo de crédito concedido por instituições financeiras formais. Este grupo social inclui:

- Jovens; Mulheres chefes de agregados familiares, incluindo viúvas; Pessoas empreendedoras, em geral, com prioridade para os sem acesso ao financiamento formal; e Pessoas portadoras de deficiência com capacidade de trabalhar (Manual de Procedimentos PERPU, 2011, p. 08).

De acordo com o PERPU 2011-2014 devem ser priorizados projectos referentes às seguintes áreas:

Pessoas Singulares com ênfase para Empreendedores

- Agricultura na cintura verde das cidades, piscicultura, confecção de vestuário, sapataria, eletricidade civil e auto, pequena construção civil, recolha de lixo, confecção de alimentos e venda de produtos alimentares e mais (Vide anexo da tabela dos mutuários beneficiados em 2012 do Fundo de PERPU).

Concluíndo, Segundo as mutuárias entrevistadas e de acordo com os projectos disponibilizados pelo conselho Municipal, o que se pode compreender é que a maior parte das mulheres exercem

actividades de comércio e comercialização de produtos diversos, desde a produção de tijolos a compra e reveda de vegetais como ilustram as imagens em anexo ao trabalho.

4.1.2 divulgação do fundo do PERPU aos munícipes

Em relação a esta questão, 10 das nossas participantes da pesquisa afirmaram que o secretário do bairro é quem difundiu a informação para toda população e assim sendo, de acordo com o interesse demonstrado por elas, reuniram os documentos exigidos e foram submeter ao Conselho Municipal.

Uma das constatações nesse processo é que maior parte afirma que o valor em cheque recebi não correspondeu ao pedido feito, e o Município alega que a é uma das formas para poder abranger um grosso número de munícipes, não olhando assim se o valor poderá ou não satisfazer as expectativas e de acordo com o projecto submetido por cada um.

Uma das consequências disso, duas das nossas entrevistadas tiveram que desviar o projecto pretendido, por insufuciência de fundos, uma entregou seu filho e este é quem se responsabiliza agora pela devolução das prestações mensais ao CMCL. Este desvio de aplicação culminou com a aberta de uma barraca no bairro Chissano e exerce a venda de sacos plásticos e demias produtos.

A nossa entrevista afirma que o seu filho consegue pelo menos no fim de cada semana dar a sua mãe algum valor para sua subsistência.

4.1.3 Mudanças trazidas com a implementação dos projectos na vida das beneficiárias

Com a questão acima, 7 das mutuárias afirmaram ter mudado muito, pois algumas ja se encontravam a desenvolver actividades de comércialização, e o valor foi uma mais valia pois deu para comprar produtos diversos e em grandes quantidades. Atendendo que a maior parte são viuvas, estas conseguem sustentar a casa, mas muitos dos seus filhos em idade escolar não frequentam a escola, excepto os filhos de duas das nossas entrevistadas.

Como ilustram as imagens das mutuárias no anexo, ligado aos projectos por elas implementados, nos chamou atenção pois, uma das participantes efectua a compra de por

exemplo milho e feijão em grandes quantidades e fica conservando durante a época de abundância dos produtos, aguardando o período de excassez dos mesmos para poder colocar no mercado, e é desta forma que o seu negócio prevalece até hoje e segundo ela está sustentando a sua família dessa forma pois é viuva e vive com seus 5 (cinco) filhos e 11(onze) netos.

Como se pode depreender a partir do trecho acima, algumas mutuárias estão crescendo no seu negócio o que nos leva a concluir que um dos objectivos pelo qual foi criado o PERPU esta sendo cumprido.

O relatório da (OECD, 2008), sustenta que quanto mais mulheres exercerem a sua força de trabalho pode ajudar a impulsionar o crescimento da economia, bem como os sistemas de segurança social e elevar os padrões de vida, sendo assim,os governos devem eliminar os obstáculos que tornam difícil a empregabilidade para as mulheres com crianças e fornecer outros incentivos para aumentar a presença feminina na força de trabalho.

4.1.4 Envolvimento das mulheres na implementação dos projectos de acordo com o objectivo pelo qual foi criado o fundo.

No tocante a esta questão, todas foram unânimes em afirmar que sim, pois a realidade esta em volta delas, em todos os anos há sempre projectos femeninos aprovados e muitas estão desenvolvendo alguma actividade.

“Apesar de não avançar com o meu negócio por motivos de ter sido roubada todo meu dinheiro, sou grata ao governo que consegue nos aproximar e ainda dar-nos dinheiro emprestado, afirmou uma das participantes”.

> O ‘‘Governo reforça o papel da família e promove acções que garantam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na vida económica, social e cultural, bem como a eliminação da exclusão social e assistência aos indivíduos, grupos e comunidades vulneráveis, dando-lhes oportunidade de participar nos programas de desenvolvimento do País’’. (PQG, 2010/2014, p. 30).

Portanto, para sustentar esse objectivo o governo delineou como uma das acções a serem levadas a cabo de forma imediata, reforçar as capacidades das mulheres para o desenvolvimento do empresariado e do empreendedorismo feminino concedendo-lhes crédito a nível do PERPU.

Contudo podemos afirmar que esse objectivo está sendo cumprido sim, pois existem evidências de mulheres chefes de família, que mesmo com a perda de seus maridos e alguns outros entes

queridos estão sustentando suas famílias na medida em que estão implementando seus projectos (Vide anexos).

As mulheres representam mais de 70% dos pobres do mundo, devido à desigualdade do acesso a oportunidades económicas, tanto em países desenvolvidos assim como em desenvolvimento, nos países em desenvolvimento, a desvalorização do trabalho das mulheres é vista como uma barreira significativa para a redução da pobreza e promoção do crescimento económico. (OECD, 2008).

As mulheres são a chave para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Investir em mulheres e raparigas, em sua educação, saúde e acesso a bens e empregos tem um efeito multiplicador na produtividade, eficiência e crescimento económico sustentável(Banco Mundial, 2006).

4.1.5 Permanência com a implemetaçao dos projectos com o fundo do PERPU

A maior parte das participantes estão podendo sustentar até hoje seu negócio, com o valor que receberam do Conselho Municipal. E somente um número menor, de mulheres não poderam dar seguimento com seu negócio por motivos diversos.

O que se pode depreender segundo as constatações, e observação feita as mulheres caregam consigo um conjunto de expectativas perante as actividades que estão desenvolvendo, pois elas são mães, pais, e avôs. Uma vez que a mulher em Moçambique representa a maioria da população sendo necessário o seu maior envolvimento nos domínios político, económico e social e, por outro lado, a família é a célula base da sociedade onde se cultivam os valores éticos, cívicos, incluindo o amor à pátria e a conduta dos indivíduos na sociedade.

A igualdade de género também é importante como instrumento de desenvolvimento. Conforme mostra o Relatório sobre o desenvolvimento mundial de igualdade de gênero (2012, p. 3), “a igualdade de género representa uma economia inteligente ela pode aumentar a eficiência económica e melhorar outros resultados de desenvolvimento de três maneiras” que passamos a citar:

Primeiro, removendo barreiras queimpedem as mulheres de ter o mesmo acessoque os homens têm à educação, oportunidades económicas e insumos produtivos podem gerarenormes ganhos de produtividade ganhos essenciais em um mundo mais competitivo e globalizado.

Segundo, melhorar a condição absoluta e relativa das mulheres introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive para seus filhos.

E por último, o nivelamento das condições de competitividade onde mulheres e homens têm chances iguais para se tornar social e politicamente activos, tomar decisões e formular políticas provavelmente geralrá no decorrer do tempo instituições e escolhas de políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento.

4.2. Roteiro de entrevista ao responsável pelo fundo do PERPU no Conselho Municipal da Cidade de Lichinga (Apêndice II)

4.2.1. Apresentação de dados colhidos no CMCL

N°	Questão	Responsável PERPU CMCL	Respostas	Observação
1	Quais são os meios que usam para divulgação do PERPU as comunidades?	1	É através dos PA, e estes difundem aos bairros a partir dos secretários e Chefes das unidades. Não é usado nenhum órgão de comunicação.	A entrevista foi dirigida apenas ao responsável pela canalização desse fundo as comunidades.
2	Como é feito o processo de canalização do fundo as comunidades?	1	DPPF, CMCL, PERPU e este para as várias unidades	Cada PA tem o seu n°de bairros segundo o conselho consultivo.
3	O PERPU define dois	1	O vector da	O vector da criação

	vectores fundamentais designadamente o vector referente à geração ou criação de oportunidades de emprego e o vector referente à protecção social. Quais são os indicadores da materialização desses vectores.		protecção social não esta se fazer sentir. Apesar disso o da criação de empregos existem evidências.	de empregos esta sendo cumprido embora não na totalidade.
4	Qual é o contributo das mulheres no desenvolvimento do município de Lichinga?	1	É notável em algumas mulheres e em outras não.	O maior números dos reembolsos é feito pelas mulheres.
5	Existe um programa de monitoria/acompanhamento das actividades por elas desenvolvidas?	1	Sim	Varia de acordo com o tipo de projecto.
6	O PERPU define as mulheres incluíndo viúvas como sendo um dos grupo alvo. Esse objectivo está ou não a ser cumprido?	1	Esta sim. O que difere é a faixa etária, pois nota-se mais mulheres adultas.	As mulheres estão cada vez mais activas e interessadas.
7	O que é que mudou no Município de Lichingadesde a introdução do PERPU em 2011 a 2014?	1	-Muitas indústrias moageiras nos bairros. -Redução de número de horas nas filas para ter acesso a esse serviço.	Alguns produtos básicos ja não carece de deslocação para cidade de modo a adquiri-los.

Fonte: Autora

4.3 Análise de dados referente a entrevista feita ao responsável pelo fundo do PERPU no CMCL.

4.3.1 Meios para divulgação do PERPU às comunidades.

De acordo com a questão acima, o responsável pelo fundo do PERPUno CMCL confirma que a divulgação do programa aos munícipes é da inteira responsabilidade do PA, e estes difudem aos bairros a partir dos secretários e Chefes das unidades, tendo em conta ao número de habitantes para cada bairro.

Para ilucidar o testo acima, é possivel notar os critérios de aprovação de projectos, estabelecidos no PERPU, sendo que a aprovação de projectos a serem financiados deve observar os critérios contidos no quadro a baixo:

4.3.1.1 Critérios de aprovação dos projectos

a) Ser identificados pelas comunidades, priorizados e aprovados pelos Conselhos Consultivos Distritais Municipais;
b) Ter origem nos Bairros e tenham a primeira apreciação/aprovação a este nível antes de transitarem para os Conselhos Consultivos de escalão superior;
c) Ser implementados no território do Distrito Municipal;
d) Os proponentes dos projectos devem ter domicílio no Distrito Municipal;
e) Devem privilegiar o uso sustentável dos recursos locais (humanos, materiais e naturais).

Fonte: PERPU(2011).

Adicionalmente, a apreciação das propostas de projectos visando a sua aprovação e financiamento deve obedecer a ordem de submissão pelos beneficiários, observados os itens acima indicados.

Portanto, como se pode deprender, dos critérios acima viu-se que a única forma ou via de divulgação do fundo do PERPU é de acordo com com o PA, querendo com isso afirmar que nenhum órgão de comunicação é usado para divulgação do PERPU.

Contudo, podemos concluir dizendo que existe uma limitação no que tange a abragência do PERPU aos munícipes, uma vez que o fundo alocado é para benefício de todos que pertencem a essa circunscrição territorial.

4.3.2. O processo de aprovaão dos projectos e distribuição do fundo as comunidades

O Ministério da Administraçãao Estatal, descentraliza o fundo para DPPF, e este para o CMCL que é deliberado pela secção e anuncia-se aos PA afirmando quanto é o valor para cada posto, estes por sua vez seguem os mesmos procedimentos descentralizando o valor para os bairros. Em cada PA tem seu número de bairro, e fazem a distribuição do valor de acordo com o número de bairro.

Em cada bairro existe um conselho consultivo, este é o orgão encaregue para anunciar aos munícipes qual é o valor que cada bairro beneficiou-se de modo que estes possam organizar os seus projectos num prazo de 15 dias e submeter ao Conselho Consultivo do Bairro. Estes são os responsáveis em avaliar e aprovar os projectos como acima vimostendo em conta os que poderão trazer mudanças ou então um impacto positivo a nível do bairro.

Após seleccionado os projectos, estes produzem uma acta, onde são mencionados os projectos aprovados, nome dos beneficiários, o tipo de actividade e a respectiva faixa etária dos mesmos. O número dos beneficiários deve ser igual aos processos que eles receberam e mandam para o PA.

Quando os processos chegam aos PA estes fazem uma triagem, no sentido de revê-los de modo que não haja documentos em falta, após a triagem são devolvidos aos Conselhos Consultivos dos respetivos bairro os projectos que tenham documentos em falta demodo que sejam regularizados, pois tem se verificado por vezes uma certa tolerância a nível dos Conselhos Consultivos do Bairro, no sentido de encaminhar certos processos mesmo quando tenham um documento em falta.

A realidade é a de que quando os munícipes não tenham organizado todos os documentos exigidos, não significa que o projecto esteja reprovado,pois, não se deve rejeitar o projecto porque os nomes dos beneficiários ja consta da acta e não se pode rectificar.

Feita a triagem dos processos de todos os bairros, o PA encaminha os projectos ao CMCL através do técnico responsável ligado a área pertencente ao PA ou a partir do próprio chefe do posto. Os responsáveis pelo fundo do PERPU no CMCL, recebem os projectos e fazemtambém uma pequena triagem no sentido de averiguar se os projectos todos reúnem os requisitos e se

contém todos os documentos exigidos, caso encontrem uma irregularidade como por exemplo um documento em falta estes chamam o remetente para poder regularizar a sua situação e trazer.

O Conselho Municipal não aprova e nem rejeita nenhum projecto, cabe a eles somente pautar pela legalização na tramitação dos processos e mandam para a secção onde é feita a homologação dos projectos que depois devolvem ao departamento do PERPU para prosseguir com a elaboração dos contratos, as tabelas dos beneficiários e passar os cheques, pois o valor não lhes é entregue em mão mas sim via cheque, por isso cada beneficiário/a é obrigado/a a abrir uma conta bancária e passados 15 a 20 dias são liberados os cheques por via do PA, pois os beneficiários em momento algum são chamados para o CM.

Os responsáveis do PERPU comunicam com antecedência os PA a data em que poderão se deslocar aos postos para fazer a entrega dos cheques aos beneficiários de modo que se façam presente no dia para receber seus cheques e assinar os contratos. Apos assinatura dos contratos recebem os cheques e ficam com uma das cópias assinadas pois são dois os exemplares que os responsáveis CM levam e dai já podem dar início a implementação dos seus projectos.

Como afima Muhammad Yunus, criador do Banco Grameen citado em Costa (2010, p. 04) “onde quer que os não-pobres estejam integrados nos programas de luta contra a pobreza, os verdadeiros pobres logo serão postos de lado”. Assim, os bancos do povo continuarão sendo os bancos das praças.

Portanto é necessário que o Governo/CM execute políticas públicas redistributivas pois permite que haja uma maior equidade na distribuição de renda, bens e serviços e se dirigirá, prioritariamente, às camadas da população “mais pobres entre as pobres”, que constituem o público-alvo dessas políticas.

4.3.3 Evidências da materialização dos vectores de geração ou criação de oportunidades de emprego e o vector referente à protecção social.

Relativamente a esta questão, o responsável pelo fundo do PERPU no CM, diz que o vector da protecção social não esta se fazer sentir, enquanto que o vector da criação de empregos esta sendo cumprido embora não na totalidade. Podemos dar como exemplo o indivíduo que se beneficiou do crédito para levar a vante o projecto da agricultura, dificilmente sera ele a

desenvolver as actividades, necessitará de mão- de-obra o que significa que vai poder empregar pessoas e pagar algum subsídio para nós isso significa empregar pessoas e não só, nas indústrias moageiras, o comércio na ausência do dono será que o projecto fecha ou colocam la alguém e sendo assim esta empregar, é aqui onde devemos distinguir o posto de emprego dos empregos criados.

Assim, no que tange ao posto de emprego segundo o nosso entrevistado é o local por exemplo onde podemos encontrar cada beneficiário a desenvolver suas actividades, enquanto que a criação de emprego tem haver com todos aqueles detentores de capitais que alocam os mesmos numa determinada actividade e para realizar essa actividade necessitam de outras pessoas que no final cada uma terá uma remuneração ou um salalário.

A garantia dos direitos humanos em termos de acesso aos serviços básicos e à criação de uma força de trabalho saudável e apta a produzir para o seu auto-sustento, da sua comunidade e do País em geral continua igualmente no centro da prioridade da governação (PQG, 2010-2014, p. 09).

4.3.4. O contributo das mulheres no desenvolvimento do Município de Lichinga

Existem algumas mulheres que conseguem implementar os seus projectos em contra partida outras não, e isso é tomado como sendo um dos constrangimentos que o CM enfrenta. O principal factor que está por detrás da não materialização dos projectos conforme planificado é o desvio de aplicação pois a maior parte dos mutuários incluindo mulheres, quando recebem o valor ao invés de priorizar o investimento no seu projecto devido as necessidades que têm, começam por comprar por exemplo alimentos, material escolar dos seus filhos entre outros e começam a ter um défice e já não conseguem gerir.

Mas como acima fizemos menção existem mulheres que estão a desenvolver seus projectos, pois a análise que fazemos até 2013 o maior número que fazia o reembolso dos valores eram as mulheres. Mas hoje parece que elas caíram nos pensamentos dos homens e a maior parte acaba não conseguindo implementar seus projectos e ai já não temos como falar de um bom impacto.

Em contra partida existem outras que conseguem implementar seus projectos mas não desenvolvem, por exemplo o comércio, as mulheres fazem o levantamento, vendem seus produtos e meia volta consomem o valor que conseguem com as vendas, realizando despesas domésticas, dessa forma não é possível desenvolver.

Portanto, nota-se que o desenvolvimento das mulheres beneficiárias do fundo do PERPU no CMCL é deficitário, isto é, não podemos de forma abrangente afirmar que estão a desenvolver apesar de existir mudanças notáveis na vida delas antes e depois que se beneficiaram desse fundo. Pois, a percepção do que realmente é uma actividade económica que visa a obtenção de lucros e crescimento económico ainda esta longe para essa sociendade.

Dizia o nosso entrevistado, por exemplo se uma mulher teve o crédito de 20.000.00MT desenvolve o seus projecto e no fim conseguem 25.000.00MT, o que ela deve saber é que desse valor o que lhe pertence são somente os 5.000.00MT, porque os vinte são aqueles que devem ser reembolsados mediante a prestação mensal estabelecida na tabela de concessão. (Vide anexo).

4.3.5 Programa de monitoria/acompanhamento das actividades desenvolvidas pelas mulheres

De acordo com a questão acima, o nosso entrevistado respondeu que sim, fazemos a monitoria directamente no terreno a partir do momento em que entregamos o valor. Mas por vezes nos deparamos com situações difíceis, pois dos projectos financiados existem a agricultura e a horticultura. Para os mutuários que vão desenvolver seus projectos em agricultura e recebem o valor no mês de Junho, nesse mês o nosso clima não permite por exemplo a sementeira do milho, o que vai acontecer é que esse beneficiário terá que aguardar a época devida para sementeira que será somente no ano seguinte.

Esse tipo de situação é crítica pois dificilmente essa pessoa vai guardar dinheito para implementar seu projecto, pois o dia-a-dia das pessoas é composta de dificuldades de diversas natureza.Por exemplo em caso de doenças terá que usar para medicar ou até usar para fins alheios aos que se propõe.

Dizia o nosso entrevistado que quando isso acontece as pessoas se esquecem que o valor não lhes pertence e que é um empréstimo que poderá devolver. Toda essa informação obtivemos no acto da monitoria pois consulta-se o que é que esta acontecer e as respostas têm sido dessa natureza.

Quando se trata da comercialização por exemplo, os mutários recebem os fundo e também ficam em algum momento a espera da época de colheita dependendo do tipo de produto a comercializar, ai o CM fica a espera que elas possam implementar o seu projecto para poder fazer o devido acompanhamento.

No que tange a questão colocada o nosso entrevistado conclui dizendo que com a experiência nesses anos afrente do PERPU é muito melhor que se conceda esses créditos para as pessoas que já vêm implementando suas actividades e que estão precisando apenas de um reforço do que para aqueles que pretendem iniciar, pois essas pessoas ainda não tem a cultura de negócios, o espírito de levantar cedo e se sentar na sua varanda das 5 as 18 horas para vender. Essas são algumas das dificuldades que nos deparamos no momento da monitoria.

Assim, podemos concluir dizendo, que este problema poderia ser eliminado se os valores fossem transferidos de acordo com a previsão do início da implementação dos projectos para os quais os mutuários se propõem a desenvolver.

A avaliação das políticas tem como objectivo a especificação do que deve ser avaliado, a medida dos dados e a análise da informação (Rocha, 2010).

Portanto, a avaliação pode ser definida como a actividade destinada a julgar os méritos dos programas do governo, a qual varia de forma significativa com a especificação do objecto, as técnicas de medição e os métodos de análise.

Para Dias (2012), de uma forma espontânea, cidadãos, políticos e meios de comunicação conseguem responder se uma política teve êxito ou não, pois responder sobre o êxito ou não de uma determinada política é fundamental para quem se interessa em conhecer a actuação governamental, em avaliar seu grau de eficácia e eficiência, e em conhecer os efeitos sua intervenção, seus acertos e seus erros.

A avaliação pode ser descrita como a área de pesquisa que tem por objectivo medir a utilidade e benefício da intervenção pública através do emprego de um conjunto de técnicas utilizadas em diferentes campos das ciências sociais.

Contudo, a avaliação deve ser considerada um elermento fundamental para o sucesso das políticas públicas não deve ser realiazada somente ao final do processo, mas eem todos os momentos do ciclo de políticas.

4.3.6 Materialização doobjectivo da inclusãodas mulheresna implementação dos projectos.

De acordo com a questão acima o nosso entrevistado respondeu que o défice que se encontra é em relação as mulheres jovens, mas se forem adultas esta sendo cumprido sim. Muitas mulheres estão a se beneficiar em relação aos anos anteriores, pois encontrava-se duas, três ou cinco mulheres. Mas agora encontra-se quarenta, setenta ou oitenta mulheres, dessas é normal 25 serem de um so PA, em relação aos homens.

Porque nos últimos anos o grosso número de projectos vem das mulhereso que difere é a faixa etária, pois nota-se mais o interesse manifeste pelas mulheres adultas.Isso nos anos passados não acontecia. E a verdade é que elas sempre foram incentivadas a desenvolver seus projectos mas não manifestavam interesse para tal.

Não tinham como persuadi-las a desenvolver actividades porque tem de ser do interesse de cada pessoa e outras os seus maridos não davam apoio e diziam que se forem levar dinheiro no CM e algo de errado acontecer teriam que acarcar sozinhas com as respectivas consequências, assim, muitas ficavam com receio de pedir o financiamento.

A mulher em Moçambique representa a maioria da população sendo necessário o seu maior envolvimento nos domínios político, económico e social, sendo assim, o Governo reforça o papel da família e promove acções que garantam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens nos diversos domínios. (PQG, 2010-2014).

4.3.7 Mudanças notáveis a partirda introdução do PERPU em 2011 no Município de Lichinga

Disse o nosso entrevistado que em termos de mudanças podemos fazer a menção dos projectos de indústria moageira pois existem muitas moagens no nosso município o que antes era normal num bairro encontrar uma só e que as pessoas eram obrigadas a ficar longas horas na fila para obter os serviços, mas agora em cada bairro podemos encontrar 4 a 5 moageiras e isso é fruto do PERPU.

Podemos afirmar com certeza de que essa é uma das mudanças notáveis no município de Lichinga. Para quem vive cá há pelo menos 10 anos poderá ser testemunho desse progresso. Já não é necessário ficar tanto tempo nas longas filas para obter o processamento desses produtos.

Portanto, as acções que estão sendo levadas a cabo pelo CMCL, têm em vista o cumprimento dos objectivos geraisdelineados no âmbito do PERPU que estabelece o seguinte:Aumentar as oportunidades de emprego, melhorar o ambiente de negócios e os níveis de empregabilidade da mão-de-obra, melhorar o sistema de protecção social básico.

Assim, esses macro objectivos serão concretizados a partir dos seguintes específicos (MAE, 2011)

- Aumentar as oportunidades de emprego e os níveis de empregabilidade da mão-de-obra.

Financiar as iniciativas empreendedoras provadas como viáveis:

- Facilitar o financiamento a estas iniciativas, das famílias mais vulneráveis, as associações destes produtores e a operações de comercialização dos seus produtos (por exemplo: hortícolas, milho, arroz, mandioca, feijão).
- Financiar serviços seleccionados aos agricultores e criadores de animais na cintura verde, como a actividade de extensão, o acesso a sementes, a fertilizantes ou a ração animal.

Contudo, concluímos que existe muito por ser feito no que tange ao desenvolvimento nas zonas urbanas, mas salientar que um dos objectivos do PERPU, esta sendo alcançado no que tange ao aumento de oportunidades de emprego e o melhoramentodos níveis de empregabilidade da mão-de-obra, questão que remetemos a futuras pesquisas.

Capítulo V- Conclusão e Recomendações

5. Conclusão

A sociedade se encarregou de atribuir as mulheres o papel de ficar em casa, cuidar dos filhos e realizar o trabalho doméstico, limitando dessa forma o seumundo ao lar, com menos possibilidade de educação, menos acesso à informação e à formação profissional.Embora muitas mulheres continuem a lutar contra as desvantagens baseadas em género em suas vidas diárias, a situação mudou para melhor e a um ritmo que seria impensável até duas décadas atrás. As mulheres tiveram ganhos sem precedentes em direitos, educação e saúde, e acesso a empregos e meios de subsistência.

Assim, pudemos notar durante a pesquisa que apesar da inclusão das mulheres no processo de implementação dos projectos com fundo do PERPU com vista a melhoria das condições socioeconómicas , tanto das mutuárias assim como para o próprio município, a confinação da mulher ao lar não esta ultrapassada e ainda há muito para se fazer, uma vez que todo o esforço empreendido por elas limita-se no auto-sustento de suas famílias, garantindo uma refeição na mesa pelo menos duas vezes por dia.

A situação nos últimos tempos tem mudado e cada vez mais um número maior de mulheres está saindo do lar e estão ingressando no mercado de trabalho, e desenvolvendo actividades comerciais de modo a se tornarem financeiramente independentes, mostrado pela elevada taxa de participação da mulher na força de trabalho em 86%.

Com a pesquisa pudemos notar que todas as mutuárias tem um nível baixo de escolarização/educação, os secretários de bairros por onde passamos também não tiveram acesso a educação o que nos leva a concluir que os projectos aprovados a nível do PERPU resumem-se somente em distribuir fundos para cumprir com certas políticas governamentais e não para criar impactos positivos nos bairros com vista a melhoria das condições sócio-económicas dos residentes, apesar da falta de escolarização das mutuárias, a maior parate possue boas habilidades de gestão dos visto pelo nível de empoderamento económico em que elas se encontram. Portanto, em termos de equidade de género no acesso aos fundos do PERPU nota-se o envolvimento de ambos sexos no processo.

Outrossim, no que tange ao desenvolvimento económico e social das mulheres beneficiárias do PERPU, os resultados da entrevista leva-nos a concluir que as mudanças são palpáveis porque as evidências mostram que a vida da maior parte das beneficiárias está mudar no sentido de poderem hoje sustentar as suas famílias, colocar seus filhos na escola mesmo sem ajuda dos seus maridos, porque como vimos na interpretação dos dados algumas mulheres são viúvas e outras casadas mas que seus esposos são desempregados.

No que tange ao envolvimento da mulher no processo de concessão de fundos, percebemos que estas devem aprior manifestar o interesse de se beneficiar dos fundos elaborando um projecto que o mesmo carecerá de análise e aprovação pelos órgãos competentes como é o caso dos Conselhos Consultivos de bairro. Caso o projecto submetido reúna as condições exigidas pelo conselho este é aprovado e submetido ao PA para apreciação. Portanto é notório que não existe restrições para poder participar o que nos leva a concluir que exixtem sim o envolvimento das mulheres no processo de concessão dos fundos do PERPU.

De forma genérica no concernete as actividades desenvolvidas pelas mulheres, no período em estudo e tendo em conta as participantes da nossa pesquisa a maior parte estão envolvidas em projectos de comercialização de diversos produtos entre os quais (milho, legumes e tijolos).

No que diz respeito

5.1 Recomendações

A seguir passamos a apresentar de forma breve algumas recomendações de acordo com os resultados da pesquisa:

- Que os próximos estudos revejam o fenómeno de empoderamento da mulher nas diversas políticas elaboradas pelo governo, tendo em vista a materialização das mesmas;
- Que os próximos estudos, verifiquem as mudanças trazidas a nível da autarquia para além da proliferação das indústrias moageiras nos bairros;
- Encorajar ao CM, de modo a fortalecer as equipes de monitoria não no sentido de somente fazer o acompanhamento das actividades, mas colocar os mutuários em

formação em matéria que incidem os diversos projectos aprovados conforme os projectos elegíveis indicado no anexo.

- No processo de avaliação dos projectos devem ser aprovados aqueles que podem criar impactos na comunidade em termos de criação de novos empregos.
- Dado o baixo nível de escolaridade das mutuárias, há necessidade de investir na formação das mesmas em matérias de gestão dos fundos recebidos.
- Às mulheres continuem fazendo investimentos de modo a melhorar cada vez mais o bem-estar delas e das suas famílias.
- As mulheres devem a
- postar um pouco na formação, isto é devem participar na educação de adultos de forma que poderá auxilia-las no negócio, assim como na compreensão de mais políticas.

Referências Bibliográficas

Banco Mundial. (2012). *Relatório sobre o desenvolvimento Mundial deIgualdade de Género e Desenvolvimento.* Washington. D.C.

Bárquero, A. V (2001). *La Política de desarrollo económico local*. Santiago do Chile. Editora Cepal/Gtz.

Barros, A. J. S. &Lehfeld, N. A. S. (1986). *Fundamentos de Metodologia Científica. Um Guia Básico para a Iniciação Científica.* 2ª. edição. São Paulo, editora Makron Books.

Barros, J. d'A. (2005). *Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. Análise social.* Vol. XL.Vassouras. Universidade Severino Sombras (USS).

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras.Celta Editora.

Carvalho,M. C. (2008). *Políticas Públicas Conceitos e Práticas*. Belo Horizonte. Editora Sebrae/MG.

Castel-Branco, C., Massingue, N. e Ali, R., 2009. *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique.* In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs.). Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE.

Chant, Sylvia (2007). *Gender, Generation and Poverty. Exploring the 'Feminisation of Poverty' in Africa*, Asia and Latin-America. London: Edward Elgar.

Chichava, S., 2010. "*Porque Moçambique é Pobre?"* Uma Análise do Discurso de Armando Guebuza sobre a Pobreza. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs.). Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique 2010**.** Maputo: IESE.

Dias, R & Matos, F. (2012). *Políticas Públicas. Propósitos, princípios e processos.* São Paulo. Editora Atlas S.A.

Dye, T. R. (2003).*ThePolicyAnalysis.*Alabama: The University of Alabama Press.

Dppf (Direcção Provincial do Plano e Finança), 2010**.** *Informe sobre Monitoria da Execução do Fundo Distrital de Desenvolvimento* (1º Semetre de 2010). Nampula: Direcção Provincial do Plano e Finança.

Francisco, C & Margarita, D. (1998).*Relações de género. Cadernos afectividade e sexualidade na educação: um novo olhar.* Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda.

Fernández, A. (2008). *Las Políticas Públicas*. Madrid. In Badia Miquel Caminal editora.

Fonseca, F., Antunes, F., Sanches, O. (2002). *Os controles internos. In Speck, Bruno Wilhelm (Org). Caminhos da transparência.* Campinas. Unicamp.

Giannotti, R. C. B. (2013), *Manual do Tcc.* São Paulo. Faculdade de Tecnologia.

Gil, A. C. (1999). *Pesquisa Social.*5ª edição, são Paulo. Editor atlas S.A.

Goldenberg, Mirian. (1997).*A Arte de Pesquisar*: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.Rio de Janeiro: Record.

Heideman, F. C & Salm, J. F. (2009). *Politicas Públicas e Desenvovlimento: Báses epistemológicas e modelos de análises.* Brasília. Editora Universidade de Brasília.

Hood, C. (1991), *A Public Administration for all Seasons?*, Public Administration.

Lakatos, E. M. &Marconi, M. A. (1991).*Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas editora.

Lasswell, H. (1951). *The Policy Orientation.* In D. Lerner and H. Lasswell (EDS). ThePolicySciences. Stanford UniversityPress.

Lopes, B & Amaral, J. N. (2008).*Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte. Editora Sebrae/MG.

Maanen. J.V. (1979). *Reclamaining Qualitative Methods for Organizational research: a preface,* Vol 24.In Administrative science quartery.

Madureira, C. (2004), *A formação comportamental no contexto da reforma da Administração Pública portuguesa*. Oeiras, Edições INA.

Mageste,G. de Souza., Melo,M. C. de Oliveira L., Ckagnazaroff,I. Beck. (2008).*Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações*. V Encontro de estudos organizacionais da ANPAD. Belo Horizonte, Eneo editora.

Ministério da Administração Estatal (2011). *Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana: 2011-2014 (PERPU).*Maputo.

Mutemba, J. et all (2005*) Plano estratégico Provincial do Niassa 2007*. Maputo: Rural Consul, Lda.

Mutemba, J. et all (2008) *Plano estratégico Provincial do Niassa 2008*. Maputo: Rural Consul, Lda.

OECD. (2008)*Gender and Sustainable Development:* Maximising the Economic, Social and Environmental Role of Women.

Ortner, S. (2006). *Anthropology and Social Theory. Culture, Power and the Acting Subject.* Los Angeles: UCLA University Press.

Pedone, Luis (1986).*Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.* Brasilia Funcep.

PNUD (2013).*Relatório do Desenvolvimento Humano.*A ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado.

Kickert, W.J.M (1999).*Public management reforms in western governments, in A Administração Pública no limiar do século XXI*: *os grandes desafios.* Centro de Congressos de Lisboa, INA.

Rocha, J.A. Oliveira. (2010). *Gestão de Processo Político e Políticas Públicas*. Lisboa.Escolar editora.

Sampieri, R. Hernández. (2006). *Metodologia de pesquisa.* 3ª edição, São Paulo. Editora McGraw-Hill.

Saraiva. H. (2006). *Introdução à Teoria das Políticas Públicas*. Brasília. ENAP editora.

Sen, A. (2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.

Silva,C& Martinez,M. L(2004). *Empoderamiento: proceso, nivel y contexto*. Santiago/ChilePsykhe.

Tvedten, I. (2008) at all.*Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique*.Relatório da Chr. Michelsen Institute (CMI).Bergen, Norway.

Vallès, J. M. (2008). *Ciência Política*. 7 ed. Barcelona. Editora Ariel.

Vasconcellos,E. M. (2003).*O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias.* São Paulo. Editora Paulus.

Villelas, J. (2009). *Investigação. Processo de Construção de Conhecimento.*1ª edição. Lisboa. Edições sílabo, Lda.

Internet

Castel-Branco, C. (2010). *Reflexões sobre o Pilar Económico do PEP Nampula 2020.*Apresentação no "Lançamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Nampula 2010 (PEP Nampula). Instituto de Estudos Sociais e Económicos: Maputo. Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/PEP2020_PilarEconomico_CNCB.pdf

Crespo & Gurovitz (2002).*A Pobreza como um Fenómeno Multidimensional*. São Paulo. Centro – Taubaté Editora. Disponível em: www.miluzinha.com/wp-content/uploads/2011/12/Pobreza.pdf. Acesso em 28/05/2016 12h15.

Mainardes,E W., João, F., Raposo, M. (2011). *Conceitos de Estratégia e Gestão Estratégica: Qual é o Nível de Conhecimento Adquirido pelos Estudantes de Gestão?*. Portugal. ISSN. Disponível em http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/viewFile/296/284. Acesso 22/08/2016 17h:00.

APÊNDICES

GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDO AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO FUNDO DO PERPU

A presente entrevista pretende colher informações e sensibilidades das mulheres beneficiárias do fundo do PERPU de modo a compreender primeiro a questão do empoderamento das mesmas em todas as esferas e de modo particular no que tange ao PERPU, e em segundo lugar analisar o nível de desenvolvimento económico e social desde o ano em que se beneficiaram do fundo até o momento da presente pesquisa.

1. Já ouviu falar de um programa do governo que se chama PERPU? Sim____ ou Não___.
2. Se sim o que é ?
3. O que faz._____.
4. Como é que a senhora tomou conhecimento da existência de um fundo no município e que poderia se beneficiar?
5. Houve divulgação por parte dos trabalhadores do CMCL? Sim___ Não_____.
6. Como é feito o processo de concessão do fundo?
7. Você participou pessoalmente ou pediu a um familiar?
8. Depois que recebeu o dinheiro o que é que mudou na sua vida, como mulher mãe, esposa.
9. Como é que era a sua vida antes de se beneficiar do fundo? Realizava alguma actividade diferente desta? Sim___ Não____.
   Se sim que tipo de actividade?
10. Qual é o seu contributo no desenvolvimento do município de Lichinga?
11. A actividade que a senhora esta desenvolver a partir do momento que se beneficiou do fundo, estará a contribuir no objectivo pelo qual foi criado esse fundo? Por exemplo o empoderamento das mulheres.
12. O governo determinou que um dos grupos a se beneficiar desse fundo fossem as mulheres, acha que esse objectivo esta sendo alcançado/cumprido?
13. A sua actividade permanece até hoje porque esta lhe render com o valor que recebeu ou teve que recorrer a outras alternativas para manter o seu negócio?
14. A senhora se considera uma boa gestora?

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDO AOS GESTORES DO FUNDO DO PERPU NO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE LICHINGA

A presente entrevista pretende colher informações dos gestores do fundo do PERPU de modo a compreender primeiro a questão do empoderamento das mulheres e compreender o nível de desenvolvimento económico e social destas.

1. Quais são os meios que usam para divulgação do PERPU, no seio das comunidades?
2. Como é feito o processo de concessão do fundo do PERPU ?
3. Qual é a análise que fazem do nível de desenvolvimento económico e social das mulheres, antes e depois que se beneficiaram do fundo?
4. Existe um programa de monitoria/acompanhamento das actividades por elas desenvolvidas? Sim___ Não____.
   Se sim, quem o faz?
5. O governo determinou que um dos grupos a se beneficiar desse fundo fossem as mulheres, acha que esse objectivo esta sendo alcançado/cumprido?
6. Qual é o contributo das mulheres no desenvolvimento do município de Lichinga?
7. Quais são as mudanças notáveis desde a introdução do PERPU em 2011 a 2014. O que é que mudou em Lichinga?
8. O PERPU define dois vectores fundamentais designadamente o vector referente à geração ou criação de oportunidades de emprego e o vector referente à protecção social. Quais são as evidências da materialização desses vectores.
9. O PERPU preconiza os seguintes objectivos gerais: aumentar as oportunidades de emprego melhorar o ambiente de negócios e os níveis de empregabilidade da mão-de-obra e melhorar o sistema de protecção social básico. Quais são as evidências do cumprimento destes objectivos.
10. Qual é a análise que fazem da capacidade de gestão das mulheres?
11. Será que os objectivos do PERPU estão sendo cumpridos?
12. Qual é o grupo alvo que mais tem se beneficiado, dos que estão previstos e porquê?

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

ANEXOS

MUNICIPIO DE LICHINGA

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

GABINETE DO PRESIDENTE

TABELA DOS MUTUÁRIO BENEFICIADOS EM 2013 DO FUNDO DO PERPU

No	NOME DOS BENEFICIÁRIOS	IDADE	NUMERO DE CHEQUE	SECTOR DE ACTIVIDADE	LOCALIZAÇÃO	DURAÇÃO DO PROJECTO	VALOR FINANCIADO	TOTAL DA %	PERÍODO DE REEMBOLSO
1	MARIA JOÃO	63	4200033914	COMERCIALIZAÇÃO	B. SANJALA	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
2	CONSTÂNCIA ALIFA	48	4200033915	COMERCIALIZAÇÃO	B. SANJALA	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
3	RUI TOMÉ	27	4200033916	COMERCIALIZAÇÃO	B. SANJALA	PERMANENTE	100,000.00	10%	2 ANOS
4	RACHIDE ABASSE	49	4200033917	COMERCIALIZAÇÃO	B. SANJALA	PERMANENTE	50,000.00	15%	3 ANOS
5	MANUEL CARLOS IUSSUFO	34	4200033918	COMERCIALIZAÇÃO	B. SANJALA	PERMANENTE	65,000.00	10%	2 ANOS
2	ROGERIO DE JESUS VAILA	54	4200028914	R. DE ESTRADA	B. SANJALA	1 anos	144,920.00	O%	1 ANOS
6	SAIDE MUSTAFA	29	4200033928	COMERCIALIZAÇÃO	B.NAMACULA	PERMANENTE	80,000.00	10%	2 ANOS

7	SAIDE OMAR	30	4200033929	COMERCIALIZAÇÃO	B.NAMACULA	PERMANENTE	100,000.00	10%	2 ANOS
8	OMAR DOMINGOS	30	4200033931	COMERCIALIZAÇÃO	B.NAMACULA	PERMANENTE	80,000.00	10%	2 ANOS
9	MADALENA WELEMO	40	4200033930	COMERCIALIZAÇÕA	B.NAMACULA	PERMANENTE	70,000.00	15%	3 ANOS
10	CECILIA JAFAR	43	4200033912	COMERCIALIZAÇÃO	B. POPULAR	PERMANENTE	100,000.00	15%	3 ANOS
11	NANDO ADRIANO JHONE	24	4200033913	COMERCIALIZAÇÃO	B. POPULAR	PERMANENTE	100,000.00	15%	3 ANOS
12	ALBERTO MEDALA	57	4200033920	COMERCIALIZAÇÃO	B. CHIULUGO	PERMANENTE	40,000.00	15%	3 ANOS
13	MUSSA RAJABO	39	4200033921	COMERCIALIZAÇÃO	B. CHIULUGO	PERMANENTE	25,000.00	10%	2 ANOS
14	DOMINGOS IMEDE	37	4200033922	COMERCIALIZAÇÃO	B. CHIULUGO	PERMANENTE	25,000.00	10%	2 ANOS
15	CASSIMO AJABA	48	4200033923	COMERCIALIZAÇÃO	B. CHIULUGO	PERMANENTE	40,000.00	10%	2 ANOS
16	SAIDE YADISSE	31	4200033925	COMERCIALIZAÇÃO	B. CHIULUGO	PERMANENTE	30,000.00	15%	3 ANOS
17	JULIASSE IMEDE	32	4200033924	COMERCIALIZAÇÃO	B. CHIULUGO	PERMANENTE	61,859.00	10%	2 ANOS
18	CASTANHE OMADE	42	4200033926	COMERCIALIZAÇÃO	B. CHIULUGO	PERMANENTE	40,000.00	10%	2 ANOS
19	ARGENTINA TUZINE CUTANA	36	4200033963	COMERCIALIZAÇÃO	B. MUCHENGA	PERMANENTE	100,000.00	10%	2 ANOS
20	BENEDITO ORLANDO ADOLFO	27	4200033964	COMERCIALIZAÇÃO	B. MUCHENGA	PERMANENTE	100,000.00	10%	2 ANOS

21	GLORIA ANTONIO MIGUEL	39	4200033965	COMERCIALIZAÇÃO	B. MUCHENGA	PERMANENTE	100,000.00	20%	2 ANOS
22	MANUEL CAETANO ALIFA	52	4200033966	AGRICULTURA	B. MUCHENGA	PERMANENTE	135,000.00	15%	3 ANOS
23	MATIMBANHA CHIUAULA	56	4200033967	COMERCIALIZAÇÃO	B. MUCHENGA	PERMANENTE	44,703.35	10%	2 ANOS
24	GERVÁSIO MUATALA	62	4200028913	SANEAMENTO	B. MUCHENGA	1 anos	170,000.00	0%	1 ANOS
25	JOÃO LEONARDO	55	4200033976	COMERCIALIZAÇÃO	B. NZINJE	PERMANENTE	100,000.00	10%	2 ANOS
26	CARLITOS ALGAZARIA CHAIBO	34	4200033973	COMERCIALIZAÇÃO	B. NZINJE	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
27	ALBERTINO VICTOR MANUEL	26	4200033976	COMERCIALIZAÇÃO	B. NZINJE	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
28	JULIAO LUCIANO JOAO	24	4200033975	COMERCIALIZAÇÃO	B. NZINJE	PERMANENTE	100,000.00	10%	2 ANOS
29	PAULINO AWADI	43	4200033974	COMERCIALIZAÇÃO	B. NZINJE	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
30	AIDINA ADINE	43	4200034415	COMERCIO	B. DE SANJALA	PERMANENTE	70,000.00	15%	3 ANOS
31	SAIDE WAITE	28	4200034410	COMERCIALIZAÇÃO	B. DE SANJALA	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
32	EDSON DANIEL VAZ MARINA	30	4200034409	COMERCIO	B. DE SANJALA	PERMANENTE	30,000.00	10%	2 ANOS
33	ACHUMA TAIMO	46	4200034407	COMERCIO	B. DE SANJALA	PERMANENTE	53,209.38	10%	2 ANOS
34	ANTÓNIO WAIREQUE	47	4200034406	APICULTURA	B. DE SANJALA	PERMANENTE	30,000.00	8%	2 ANOS

35	FABIÃO JOÃO ZUBER	40	4200034408	PECUÁRIA	B. DE SANJALA	PERMANENTE	50,000.00	12%	3 ANOS
36	CASSIMO ATABO	65	4200034405	INDUSTRIA MOAGEIRA	B. DE SANJALA	PERMANENTE	120,000.00	12%	3 ANOS
37	OJUDAN	22	4200028912	SANEAMENTO	SANJALA	1 anos	117,673.75	0%	1 ANO
38	AMISSE AUSSE	38	4200034418	COMERCIO	B. DE NAMACULA	PERMANENTE	80,000.00	10%	2 ANOS
39	MARIO LEDJE BIASSE	41	4200034414	COMERCIO	B. DE NAMACULA	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
40	FERNANDO BERNABE JONAS	73	4200034413	AGRICULTURA	B. DE NAMACULA	PERMANENTE	50,000.00	9%	3 ANOS
41	SANUDIA CHAIBO	59	4200034412	AGRICULTURA	B. DE NAMACULA	PERMANENTE	40,000.00	6%	2 ANOS
42	ALANO NTELA	39	4200034411	PISCICULTURA	B. DE NAMACULA	PERMANENTE	120,000.00	8%	2 ANOS
43	ANTONIO SALVADOR NUVUNGA	56	4200034401	SERRALHARIA MECANICA	B. POPULAR	PERMANENTE	50,000.00	12%	3 ANOS
44	UARESSE CHITANDA	64	4200034402	COMERCIO	B. POPULAR	PERMANENTE	50,000.00	15%	3 ANOS
45	ADELINO LUCAS	23	4200034403	COMERCIO	B. POPULAR	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS
46	NUNULIA ALIMBE ALIQUE	26	4200034404	COMERCIO	B. POPULAR	PERMANENTE	54,400.00	10%	2 ANOS
47	ALVARO NAMATE	64	4200034397	COMERCIO	B. DE NZINJE	PERMANENTE	65,000.00	15%	3 ANOS
48	LUSA JHON MATIAS NTUCULA	63	4200034400	COMERCIO	B. DE NZINJE	PERMANENTE	50,000.00	10%	2 ANOS

49	**SIGIBO JOÃO SAIDE**	**18**	**4200034399**	**PECUÁRIA**	**B. DE NZINJE**	**PERMANENTE**	**75,000.00**	**8%**	**2 ANOS**
50	**COSTA PAULO**	**30**	**4200034398**	**PECUÁRIA**	**B. DE NZINJE**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**16%**	**4 ANOS**
51	**AIDE SAIDE**	**26**	**4200034425**	**AGRICULTURA**	**B. DE CHIULUGO**	**PERMANENTE**	**25,000.00**	**9%**	**3 ANOS**
52	**SIENE AMIDO**	**41**	**4200034420**	**AGRICULTURA**	**B. DE CHIULUGO**	**PERMANENTE**	**,000.00**	**6%**	**2 ANOS**
53	**NITO AFANA**	**41**	**4200034419**	**AGRICULTURA**	**B. DE CHIULUGO**	**PERMANENTE**	**2525,000.00**	**6%**	**2 ANOS**
54	**ALAICA CAISSE**	**53**	**4200034421**	**COMERCIO**	**B. DE CHIULUGO**	**PERMANENTE**	**25,000.00**	**15%**	3 ANOS
55	**AISSA SAIDE**	**27**	**4200034422**	**AGRICULTURA**	**B. DE CHIULUGO**	**PERMANENTE**	**30,000.00**	**6%**	2 ANOS
56	**TEUCA MAGIDO**	**44**	**4200034424**	**COMERCIO**	**B. DE CHIULUGO**	**PERMANENTE**	**25,000.00**	**10%**	2 ANOS
57	**TOTELA SAIDE**	**37**	**4200034426**	**COMERCIO**	**B. DE MUCHENGA**	**PERMANENTE**	**44,703.35**	**10%**	2 ANOS
58	**ROSA MARIA SUMANE**	**58**	**4200034427**	**COMERCIO**	**B. DE MUCHENGA**	**PERMANENTE**	**70,000.00**	**15%**	3 ANOS
59	**AGUESSA CHAIBO**	**40**	**4200033906**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA ESTAÇÃO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**15%**	**36 MESES**
60	**CELESTE ARTUR**	**38**	**4200033905**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA ESTAÇÃO**	**PERMANENTE**	**100,000.00**	**15%**	**36 MESES**
61	**EBAFURA LUÍS M`MILO**	**21**	**4200033907**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA ESTAÇÃO**	**PERMANENTE**	**40,000.00**	**15%**	**36 MESES**
62	**FATIMA DINIS BIRIATE**	**24**	**4200033909**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA ESTAÇÃO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**15%**	**36 MESES**
63	**GOMES JOAQUIM BAULENE**	**25**	**4200033908**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA ESTAÇÃO**	**PERMANENTE**	**60,000.00**	**10%**	**24 MESES**

64	**MARIANA MUAMADE**	**70**	**4200033904**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA ESTAÇÃO**	**PERMANENTE**	**70,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
65	**ANA DAVID MAPAPA**	**21**	**4200033900**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DE LUCHIRINGO**	**PERMANENTE**	**100,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
66	**ARMANDO VICTORINO BAINA**	**49**	**4200033903**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DE LUCHIRINGO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
67	**CASIMIRO PEDRO**	**45**	**4200033899**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DE LUCHIRINGO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
68	**ISABEL ALBERTO MURIPA**	**30**	**4200033902**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DE LUCHIRINGO**	**PERMANENTE**	**100,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
69	**ROSA ALBERTO**	**47**	**4200033901**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DE LUCHIRINGO**	**PERMANENTE**	**100,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
70	**SAMUEL ALI FORMANE**	**45**	**4200033932**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DE LUCHIRINGO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
71	**ARMINDA PAULO**	**22**	**4200033893**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA CERAMICA**	**PERMANENTE**	**80,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
72	**EUGENIO ZACARIAS**	**30**	**4200033897**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA CERAMICA**	**PERMANENTE**	**60,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
73	**GOLDEN MANUEL ADISSE**	**29**	**4200033892**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA CERAMICA**	**PERMANENTE**	**70,000.00**	**10%**	**24 MESES**	
74	**INELDA VALENTIM PARATO**	**19**	**4200033894**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA CERAMICA**	**PERMANENTE**	**60,000.00**	**10%**	**24 MESES**	
75	**LUCIA JORGE MACHECHE**	**33**	**4200033891**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA CERAMICA**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**15%**	**36 MESES**	
76	**ROBERTO ALFREDO MZENJE**	**24**	**4200033898**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B. DA CERAMICA**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**10%**	**24 MESES**	

77	SARA FERNANDO	23	4200033896	COMERCIALIZAÇÃO	B. DA CERAMICA	PERMANENTE	50,000.00	10%	24 MESES	
78	SUZANA LOPES MUCHANGA	50	4200033895	COMERCIALIZAÇÃO	B. DA CERAMICA	PERMANENTE	50,000.00	15%	36 MESES	
79	MONIZ BAPTISTA	34	4200033933	FABRICO DE TIJOLOS	B. LUCHIRINGO	PERMANENTE	100,000.00	8%	24 MESES	
80	JONE ODUALA		4200034386	COMERCIO	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	40,000.00	15%	36 MESES	
81	LAISSONE PEDRO MPAMBICHE	24	4200034387	AGRICULTURA	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	30,000.00	6%	24 MESES	
82	BAPTISTA ALFREDO	50	4200033978	COMERCIO	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	50,000.00	15%	36 MESES	
83	ANGELICA DAVID	43	4200033988	INDUSTRIA MOAGEIRA	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	65,000.00	16%	48 MESES	
84	ASSIMA ALI CHIMELA	58	4200034390	COMERCIO	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	40,000.00	10%	24 MESES	
85	AMISSE CALOTE	46	4200034389	REPARAÇÃO DE VIAS	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	40,000.00	0%	6 MESES	
86	ROSA AISSA	54	4200034388	OLARIA	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	40,000.00	12%	36 MESES	
87	CAISSE BONOMAR	38	4200034981	COMERCIO	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	70,000.00	15%	36 MESES	
88	ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA	35	4200034385	COMERCIO	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	150,000.00	10%	24 MESES	
89	ARMANDO PEDRO FRESCO	47	4200033884	CRIAÇº REVISTA	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	100,000.00	4%	12 MESES	
90	MARGARIDA DAVID		4200034417	COMERCIO	B. DA ESTAÇÃO	PERMANENTE	65,000.00	20%	48 MESES	
91	CELINA TAIMO	53	4200033984	ESTUFARIA	B. DE LUCHERINGO	PERMANENTE	80,000.00	15%	36 MESES	

92	**FELISBERTO EURICO**	**22**	**4200033985**	**COMERCIO**	**B. DE LUCHERINGO**	**PERMANENTE**	**38,466.00**	**15%**	**36 MESES**
93	**PAULO AGOSTINHO**	**35**	**4200033992**	**COMERCIO**	**B. DE LUCHERINGO**	**PERMANENTE**	**40,000.00**	**15%**	**36 MESES**
94	**CLAUDIA ANDISSONE**	**29**	**4200033991**	**COMERCIO**	**B. DE LUCHERINGO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	**15%**	**36 MESES**
95	**JACINTO SAIDE**	**50**	**4200033990**	**COMERCIO**	**B. DE LUCHERINGO**	**PERMANENTE**	**80,000.00**	**10%**	**24 MESES**
96	**RAIMA JEMUSSE**	**60**	**4200033393**	**INDUSTRIA MOAGEIRA**	**B. DA CERÃMICA**	**PERMANENTE**	**120,000.00**	**12%**	**36 MESES**
97	**ESTEVÃO UALUSSA**	66	**4200033980**	**ALFAIATARIA**	**B. DA CERÃMICA**	**PERMANENTE**	**90,000.00**	**12%**	**36 MESES**
98	**ELIAS AMADO**	29	**4200033989**	**SANEAMENTO**	**B. DA CERÃMICA**	**PERMANENTE**	**100,000.00**	**0%**	**12 MESES**
99	**FERNANDO CUFENE CHEMO**	55	**4200033977**	**AGRICULTURA**	**B. DA CERÃMICA**	**PERMANENTE**	**90,000.00**	**9%**	**36 MESES**
100	**MARINO MÁRIO MARUPI**	24	**4200033987**	**COMERCIO**	**B. DA CERÃMICA**	**PERMANENTE**	**40,000.00**	**10%**	**24 MESES**
101	BAPTISTA CRISTOVÃO MANUEL	**28**	**4200034416**	**COMERCIO**	**B. DA CERÂMICA**	**PERMANENTE**	**100,000.00**	20%	48 MESES
102	**DAVIDE JONE**	**43**	**4200033890**	**COMERCIALIZAÇÕA**	**B. MASSENGER**	**PERMANENTE**	**74,000.00**	**15%**	**3 ANOS**
103	**SAIDE CASSIMO SELEMANE**	**28**	**4200033889**	**COMERCIALIZAÇÕA**	**B. NALIUILA**	**PERMANENTE**	**83,850.00**	**10%**	**2 ANOS**
104	**CHAIBO AISSA**	**21**	**4200033888**	**COMERCIALIZAÇÕA**	**B. MASSENGER**	**PERMANENTE**	**82,280.00**	**10%**	**2 ANOS**
105	**DEOLINDA ALIFA**	**38**	**4200033887**	**COMERCIALIZAÇÕA**	**B. MASSENGER**	**PERMANENTE**	**48,500.00**	**10%**	**2 ANOS**
106	**AISSA OMAR**	**25**	**4200033886**	**COMERCIALIZAÇÕA**	**B. MASSENGER**	**PERMANENTE**	**86,350.00**	**10%**	**2 ANOS**

107	ANSUSSA BALACA	41	4200033885	COMERCIALIZAÇÕA	B. ASSUMANE	PERMANENTE	42,000.00	10%	2 ANOS	
108	VICTOR MOMADE	42	4200033883	COMERCIALIZAÇÕA	B. ASSUMANE	PERMANENTE	44,000.00	10%	2 ANOS	
109	CHAIBO BARRACA	40	4200028910	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	120,000.00	10%	2 ANOS	
110	INUSSO MAMUDO CHELELO	24	4200028911	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	63,150.00	10%	2 ANOS	
111	CHANDE TUAIBO	27	4200028917	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	44,220.00	10%	2 ANOS	
112	ALAINA MOHAMASSI	71	4200028918	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	33,810.00	10%	2 ANOS	
113	MAURIDE RACHIDE	37	4200028919	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	36,859.00	10%	2 ANOS	
114	SAMUEL MAGIDO	37	4200028920	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	43,875.00	10%	2 ANOS	
115	TERESA SAIDE	50	4200028921	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	33,313.00	10%	2 ANOS	
116	ABDUL ALI BONOMAR	37	4200028922	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	34,813.00	10%	2 ANOS	
117	TUAIBO IASSINE	31	4200028923	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	31,910.00	10%	2 ANOS	
118	OMAR AIDE	38	4200033881	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	48,200.00	10%	2 ANOS	
119	FATIMA CAISSE	67	4200033882	COMERCIALIZAÇÕA	B. SAMBULA	PERMANENTE	52,540.00	10%	3 ANOS	
120	LUIS ACAJULA SABNETE	55	4200033941	IND. MOAGEIRA	MASSENGER	PERMANENTE	103,420.00	15%	3 ANOS	
121	ADÃO ANGELO ABEL	42	4200033910	COMERCIO	MASSENGER	PERMANENTE	71,600.00	15%	3 ANOS	

122	**AMADO ANAFE**	**49**	**4200033911**	**AGRICULTURA**	**SAMBULA**	**PERMANENTE**	**37,275.00**	**9%**	**3 ANOS**	
123	**JAIME AMIDO IMEDE**	**53**	**4200033934**	**AGRICULTURA**	**SAMBULA**	**PERMANENTE**	**34,275.00**	**9%**	**3 ANOS**	
124	**MARCELINO S. SALICA**	**51**	**4200033935**	**AGRICULTURA**	**SAMBULA**	**PERMANENTE**	**55,400.00**	**9%**	**3 ANOS**	
125	**ADIDI MUSTAFA**	**40**	**4200033936**	**AGRICULTURA**	**SAMBULA**	**PERMANENTE**	**56,100.00**	**9%**	**3 ANOS**	
126	**LUCIA ANTÓNIO**	**35**	**4200033937**	**AGRICULTURA**	**ASSUMANE**	**PERMANENTE**	**42,400.00**	**9%**	**3 ANOS**	
127	**JÓ AMADE ALY**	**35**	**4200033938**	**FAB. DE TIJOLO**	**ASSUMANE**	**PERMANENTE**	**42,650.00**	**12%**	**3 ANOS**	
128	**MATEUS NCUANDA**	**52**	**4200033939**	**AGRICULTURA**	**ASSUMANE**	**PERMANENTE**	**67,460.00**	**9%**	**3 ANOS**	
129	**AGOSTINHO M. ASSANE**	**55**	**4200033940**	**LATOARIA**	**ASSUMANE**	**PERMANENTE**	**20,750.00**	**12%**	**3 ANOS**	
130	**ORG. DA J. MAÇAMBICANA**	**24**	**4200033942**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**ASSUMANE**	**PERMANENTE**	**90,000.00**	**15%**	**3 ANOS**	
131	**EDUARDO MANUEL**	**37**	**4200028640**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.LULIMILE**	**PERMANENTE**	**45,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
132	**FERNANDO SAIDE**	**41**	**4200028654**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.LULIMILE**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
133	**MANIAMBA CHICO**	**45**	**4200028677**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.LULIMILE**	**PERMANENTE**	**60,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
134	**MUSSA MUSTAFA**	**36**	**4200028816**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.LULIMILE**	**PERMANENTE**	**45,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
135	**RAJABO AIDE**	**49**	**4200028822**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.LULIMILE**	**PERMANENTE**	**45,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
136	**RAMOS ZIADE MARDADE**	**86**	**4200028846**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.LULIMILE**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
137	**AGOSTINHO**	**56**	**4200028857**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.N"NOMBA**	**PERMANENTE**	**60,000.00**	10%	24 PRESTACOES	

	AMADO									
138	**ALI MATOLA**	**23**	**4200028881**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.N"NOMBA**	**PERMANENTE**	**40,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
139	**AWADO SAIDE**	**31**	**4200028882**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.N"NOMBA**	**PERMANENTE**	**40,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
140	**LUCIA MANHICA**	**52**	**4200028885**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.N"NOMBA**	**PERMANENTE**	**70,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
141	**MATEUS ANAFE**	**29**	**4200028888**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.N"NOMBA**	**PERMANENTE**	**70,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
142	**ADINE STANDE**	**53**	**4200028916**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**23 DE SETEMBRO**	**PERMANENTE**	**45,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
143	**ARLINDO LAVIEQUE**	**36**	**4200028891**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**23 DE SETEMBRO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
144	**BAPTISTA ARNALDO**	**35**	**4200028896**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**23 DE SETEMBRO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
145	**CARLITOS I. AMULI**	**33**	**4200028897**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**23 DE SETEMBRO**	**PERMANENTE**	**25,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
146	**MILANGE DAUDO**	**36**	**4200028898**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**23 DE SETEMBRO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
147	**AJABA WAITE**	**85**	**4200028899**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.NTOTO**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
148	**SABITE CAISSE**	**36**	**4200028900**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**B.NTOTO**	**PERMANENTE**	**25,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
149	**AILULE ALABE**	**48**	**4200028901**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**MITAVA**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
150	**ARNALDO ISSUFO**	**55**	**4200028902**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**MITAVA**	**PERMANENTE**	**45,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
151	**JOÃO MELO**	**41**	**4200028903**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**MITAVA**	**PERMANENTE**	**26,000.00**	10%	24 PRESTACOES	
152	**MIGUEL OMAR**	**38**	**4200028904**	**COMERCIALIZAÇÃO**	**MITAVA**	**PERMANENTE**	**30,000.00**	10%	24 PRESTACOES	

153	WAITE AIDE	39	4200028905	COMERCIALIZAÇÃO	MITAVA	PERMANENTE	44,000.00	10%	24 PRESTACOES
154	ABUDO RAJABO	53	4200028906	COMERCIALIZAÇÃO	JOSINA MACHEL	PERMANENTE	32,000.00	10%	24 PRESTACOES
155	FARUQUE MPONDA RAIMUNDO	23	4200028907	COMERCIALIZAÇÃO	JOSINA MACHEL	PERMANENTE	32,000.00	10%	24 PRESTACOES
156	FELISBERTO ADAMO	37	4200028908	COMERCIALIZAÇÃO	JOSINA MACHEL	PERMANENTE	50,000.00	10%	24 PRESTACOES
157	HERCULANO SAIMONE	40	4200028909	COMERCIALIZAÇÃO	JOSINA MACHEL	PERMANENTE	27,000.00	10%	24 PRESTACOES
158	ZACARIAS INÁCIO	30	4200033943	COMERCIO	N"NOMBA	PERMANENTE	60,000.00	10%	24 PRESTACOES
159	ROSA ANTÓNIO	48	4200033944	COMERCIO	N"NOMBA	PERMANENTE	50,000.00	10%	24 PRESTACOES
160	JOANA JULIO	24	4200033945	COMERCIO	23 DE SETEMBRO	PERMANENTE	25,000.00	10%	24 PRESTACOES
161	RACHIDE ISSUFO TEMBA	39	4200033946	AGRICULTURA	NTOTO	PERMANENTE	50,000.00	10%	24 PRESTACOES
162	XAVIER PENISSONE	39	4200033947	AGRICULTURA	NTOTO	PERMANENTE	50,000.00	10%	24 PRESTACOES
163	EUSEBIO TUAIBO	41	4200033948	AGRICULTURA	NTOTO	PERMANENTE	50,000.00	10%	24 PRESTACOES
164	ASSAINABO ASSIQUE	55	4200033949	AGRICULTURA	NTOTO	PERMANENTE	25,000.00	10%	24 PRESTACOES
165	MARIA RACHIDE	39	4200033950	COMERCIO	MITAVA	PERMANENTE	15,000.00	10%	24 PRESTACOES
166	SIMÃO ZACARIAS	27	4200033951	COMERCIO	MITAVA	PERMANENTE	40,000.00	10%	24 PRESTACOES
167	ANA RACHIDE	41	4200033952	COMERCIO	MITAVA	PERMANENTE	25,000.00	10%	24 PRESTACOES

168	**MARIETA AQUIDO**	**33**	**4200033953**	**COMERCIO**	**MITAVA**	**PERMANENTE**	**10,000.00**	10%	24 PRESTACOES
169	**JENIFA SILAJE**	**53**	**4200033954**	**AGRICULTURA**	**MITAVA**	**PERMANENTE**	**25,000.00**	10%	24 PRESTACOES
170	**ISSA MUHAMADI IDRISSA**	**36**	**4200033955**	**COMERCIO**	**LULIMILE**	**PERMANENTE**	**40,000.00**	10%	24 PRESTACOES
171	**TINA IDRISSA**	**36**	**4200033956**	**COMERCIO**	**LULIMILE**	**PERMANENTE**	**15,000.00**	10%	24 PRESTACOES
172	**UADE SIMBIDE**	**55**	**4200033957**	**AGRICULTURA**	**LULIMILE**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES
173	**CATARINA MARTINHO**	**29**	**4200033958**	**COMERCIO**	**JOSINA MACHEL**	**PERMANENTE**	**30,000.00**	10%	24 PRESTACOES
174	**PATRICIO ALBERTO NSOPELA**	**31**	**4200033959**	**COMERCIO**	**JOSINA MACHEL**	**PERMANENTE**	**34,000.00**	10%	24 PRESTACOES
175	**BACAR AIDE**	**30**	**4200033960**	**COMERCIO**	**JOSINA MACHEL**	**PERMANENTE**	**50,000.00**	10%	24 PRESTACOES